

MOEMA PRESTES MATTAR PUPPI

**O ENSINO SUPERIOR E A EVASÃO:
UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA.**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Educação.
Área de Concentração: Pedagogia Universitária.**

Curitiba 1997

MOEMA PRESTES MATTAR PUPPI

**O ENSINO SUPERIOR E A EVASÃO:
UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre. Curso de Mestrado em Educação, Área de Concentração, Pedagogia Universitária da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Prof. Orientador, Dr. Herivelto Moreira.

CURITIBA

1997

Tanto os homens como suas instituições, só nascem verdadeiramente quando renascem de suas mortes aparentes e sucessivas.

Tristão de Athayde

*Ao meu esposo Fernando e aos meus filhos
Alessandra e Fábio, pela compreensão de minhas
ausências, pelo constante incentivo e pelo
companheirismo incondicional.*

AGRADECIMENTOS.

- Ao meu professor orientador, Dr. Herivelto Moreira, pela direção segura e competente deste processo, pela compreensão das minhas dificuldades e sobretudo pela amizade que nasceu deste relacionamento.

- À Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela autorização do nosso afastamento das atividades docentes durante a elaboração da pesquisa.

- À querida amiga Lilian Schnarndorf, pelo seu desprendimento e prontidão em nos auxiliar a fazer o levantamento de alguns dados, deixando de estar com sua família em domingos e feriados para que pudéssemos trabalhar.

- Aos componentes da banca examinadora, que através de seus pareceres e contribuições, mostraram que a competência passa primeiramente pela simplicidade de comportamentos e atitudes.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 2 - A UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	5
2.1 – Aspectos históricos da universidade brasileira.....	5
2.2 - A Universidade Estadual de Ponta-Grossa; aspectos históricos e Organizacionais.....	16
2.3 – Como a evasão é percebida no contexto universitário em geral e em específico na UEPG.....	21
CAPÍTULO 3- A CONSTATAÇÃO DO PROBLEMA.....	30
3.1 – Justificativa.....	30
3.2 – Resultado do levantamento de dados da evasão.....	32
3.3- Resumo.....	44
CAPÍTULO 4- A PESQUISA E SUA ANÁLISE.....	47
4.1- Introdução.....	47
4.2- Metodologia e procedimentos.....	48
4.3- Resultados.....	51
4.4-Resumo.....	74

CAPÍTULO 5 : COMENTÁRIOS FINAIS E IMPLICAÇÕES.....	76
5.1.Comentários finais.....	76
5.2.Implicações.....	81
ANEXOS.....	84
Anexo I - Roteiro da entrevista piloto.....	85
Anexo II – Roteiro da entrevista definitiva.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tabela comparativa de qualificação docente das Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.....	17
Tabela 2- Fluxo acadêmico no período 1982 a 1989.....	33
Tabela 3- Percentual de evasão do curso de Educação Física.....	33
Tabela 4- Percentual geral de evasão dos períodos pesquisados.....	34
Tabela 5- Fluxo acadêmico no período de 1982/1989.....	34
Tabela 6- Percentual de evasão do curso de Geografia Noturno.....	35
Tabela 7- Percentual geral de evasão dos períodos pesquisados.....	35
Tabela 8- Fluxo acadêmico no período de 1982/1989.....	36
Tabela 9- Percentual de evasão do curso de História Noturno.....	37
Tabela 10- Percentual geral de evasão nos períodos pesquisados.....	38
Tabela 11- Fluxo acadêmico no período de 1982/1989.....	38
Tabela 12- Percentual de evasão do curso de Matemática Diurno.....	39
Tabela 13- Percentual geral de evasão nos períodos pesquisados.....	40
Tabela 14- Fluxo acadêmico no período de 1982/1989.....	40
Tabela 15- Percentual de evasão do curso de Matemática noturno.....	41
Tabela 16- Percentual geral de evasão nos períodos pesquisados.....	41
Tabela 17- Fluxo acadêmico no período de 1982/1989.....	42
Tabela 18- Percentual de evasão do curso de Pedagogia Diurno.....	42
Tabela 19- Percentual geral de evasão nos períodos pesquisados.....	43
Tabela 20- Fluxo acadêmico no período de 1982/1989.....	44
Tabela 21- Percentual de evasão do curso de Pedagogia Noturno.....	44
Tabela 22- Percentual geral da evasão nos períodos pesquisados.....	45
Tabela 23- Percentual geral de evasão nos períodos pesquisados:1982/1989 .	45

RESUMO.

O estudo do fenômeno da evasão com todas as suas implicações para a universidade, alunos e sociedade, pode nos proporcionar um caminho útil para desvelar questões que se relacionam diretamente com a situação real nas universidades brasileiras, tanto nos seus aspectos percentuais da evasão, quanto em suas consequências sociais.

A evasão tem recebido muito pouca atenção por parte dos pesquisadores. Os poucos estudos na área tem enfatizado apenas os aspectos quantitativos do fenômeno. Portanto, o objetivo deste estudo foi aprofundar esta questão para além das análises quantitativas, tentando caracterizar as falhas da organização administrativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a ausência de preocupação da mesma para com os alunos evadidos.

O referencial teórico utilizado nesse estudo baseou-se em autores que adotam e apoiam uma concepção histórico-crítica da educação. Os aspectos históricos e organizacionais da UEPG também foram analisados, bem como a política e filosofia adotadas por ela no que se refere ao fenômeno da evasão.

A pesquisa foi conduzida em duas fases. Na primeira fase, foi realizada uma análise estatística dos níveis de evasão de cinco cursos de licenciatura e teve como principal objetivo confirmar o problema da pesquisa.

Na segunda fase, foi conduzida uma série de entrevistas semi-estruturadas baseadas no paradigma interpretativista, com quinze (15) professores ligados a administração da Universidade, na tentativa de ouvir suas opiniões, argumentos, posicionamentos práticos e ações efetivas com relação ao fenômeno da evasão.

Os resultados mostraram que os participantes desconheciam os altos níveis de evasão, a falta de um comprometimento da instituição face ao problema, a ausência de políticas efetivas e de planejamento a curto, médio e longo prazos para tentar resolver o problema. As implicações dos resultados para a política das universidades também foram discutidas.

Abstract

The study of drop out phenomenon with all the implications to universities, students and society in general, can provide us a useful path to unveil issues directly related to the real situation in the Brazilian universities, as much as percentual aspects as social consequences.

Drop out has received little attention by researchers. The few studies in the area have emphasized just the quantitative aspects of the phenomenon. Therefore, the purpose of this study was to deepen the drop out problem beyond quantitative analysis, trying to characterize the organization administrative flaws of the Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) and the lack of concern with its drop-out students.

The theoretical framework used in this study was based in authors which adopt and support a historical-critical conception of education. The historical and organizational aspects of the UEPG were also analysed, as well as the policies and philosophy adopted by it related to the drop out phenomenon.

The research was conducted in two phases. In the first phase, was conducted a statistical analysis of the drop out levels of five courses and had as its main objective to confirm the research problem.

In the second phase, a series of semi-structured interviews based on the interpretive paradigm was conducted with fifteen (15) teachers linked to the UEPG's administration in an attempt to listen their opinions, arguments, practical stances and effective actions related to the problem.

The results showed that the participants did not know the high levels of drop-outs, a lack of commitment of the institution related to the problem, an absence of politics and a lack of short, medium and long term planning to try to solve the problem. The implications of the findings to university's policies were discussed.

CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO.

1.1 Introdução.

Como pedagoga que trabalha basicamente com as Licenciaturas há muitos anos na UEPG, nos sentimos não somente envolvidas pelo processo de evasão, mas principalmente responsável para tentar desvelar as entrelinhas do fenômeno e a forma como a UEPG está tratando do problema.

A busca de um melhor entendimento às questões referentes a evasão, principalmente o aspecto que envolve o descaso com que este fenômeno é tratado pela nossa instituição, constituiu-se a preocupação central de nosso trabalho, nos levando a procurar maiores esclarecimentos na literatura que nos fornecesse os subsídios para a análise de nosso objeto de estudo.

As questões da evasão sempre nos preocuparam e nos acompanharam, mas na realidade ficavam mais como sementes de angústia e inquietações em nosso espírito do que como objeto de investigação e análises mais aprofundadas, apesar de acreditarmos que a redução da evasão, surge como uma possibilidade de aumentar consideravelmente o números de formados, sem realizar investimentos substanciais e sem ser necessário aumentar sequer o número de vagas ofertadas.

No entanto, mesmo que não queiramos admitir, há um certo espírito corporativista presente em nossa relação com a instituição, que muitas vezes não nos permite encarar os problemas de frente, quanto mais denunciá-los para que sejam analisados criticamente em busca de alternativas e soluções.

Mas, como somos seres contraditórios por natureza, dialeticamente vamos buscando, mostrando, discutindo, desvelando a realidade em busca de, no mínimo, maiores esclarecimentos sobre determinadas situações, principalmente quando constatamos em nossa prática de sala de aula, um número bastante expressivo de alunos que desistem de completar seus cursos, o que, além de caracterizar um nível de evasão passível de preocupação, nos mostra o afastamento do aluno daquilo que se supõe, tenha sido em algum momento de sua vida, seu objetivo maior, ou seja o diploma de ensino superior.

A defasagem da literatura nacional sobre a temática e a inexistência de dados sistematizados sobre a evasão nos órgãos específicos da UEPG, foram pontos fortes que nos impulsionaram à um aprofundamento da questão, objetivando ir além de análises estatísticas e percentuais, como pudemos observar nas dissertações e teses por nós analisadas, que, apesar de suas contribuições, ficaram limitadas às constatações numéricas de alguns cursos específicos de suas realidades.

Utilizando metodologicamente da pesquisa qualitativa, buscamos saber através de entrevistas semi estruturadas feitas aos elementos atuantes do setor administrativo, da política adotada por ele sobre a evasão, das suas ações efetivas, da sua análise e resultados obtidos, enfim, saber da maneira de pensar, sentir e agir da instituição sobre este problema. Estas questões embasaram desde o início a nossa pesquisa.

No entanto, por considerarmos que a universidade não é uma instituição isolada do social, mas ao contrário ela decorre de um processo comum a todas as instituições sociais, que traz consigo as contradições, conflitos, interesses, ideologias, forças hegemônicas, etc...existentes na própria sociedade que a criou e a mantém, consideramos importante que se busque como ponto de referência para melhor compreendê-la, a sua história de criação e desenvolvimento.

Foi este o raciocínio que embasou o segundo capítulo da nossa dissertação, onde fizemos um levantamento de alguns aspectos históricos e organizacionais da universidade brasileira em geral e da UEPG em especial, buscando através de suas contextualizações, conhecê-las e desvelá-las melhor.

Nesta análise procuramos demonstrar que a UEPG, espelhando-se e refletindo a sociedade que a criou e a mantém, tem uma abordagem fechada e tradicional, pouco propensa às ousadias tantas vezes necessárias para as rupturas fundamentais e crescimento da própria instituição. Aliás, segundo o atual Reitor da UEPG, em entrevista concedida à revista da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa (ACIPG,p.11) disse que a UEPG está em busca do tempo perdido, pois criada na mesma época das universidades estaduais de Londrina e Maringá, acabou tendo um desenvolvimento diferenciado, precisando urgentemente de medidas que provoquem mudanças no seu estigma de "prima pobre".

Procuramos, ainda neste capítulo, caracterizar a universidade brasileira como uma instituição que não surgiu como uma necessidade cultural de seu povo, mas de interesses outros que não objetivavam via educação superior, a emancipação e desenvolvimento de seu país, ficando a mercê de vontades alheias aos interesses sociais. Aliás, como Pinto afirmou, é na incompetência da universidade que reside sua maior eficiência.(1986: 27).

Criada com base em modelos americanos e franceses, ela sempre teve dificuldades em ter autonomia e identidade próprias, alicerçada numa política madura, moderna e definida.

Devido a escassez teórica sobre a evasão no terceiro grau à nível nacional, nos detivemos ainda neste capítulo, a descrever como a evasão é percebida no contexto universitário em geral, com suas iniciativas e propostas, enfatizando ainda os critérios adotados pela UEPG em relação à esta questão.

No capítulo seguinte, pela inexistência de uma sistematização formal dos dados da evasão no período de 1982/1992 pela PROGRAD (Pró Reitoria de Graduação), fizemos um levantamento destes dados que, além de mostrarem os altos índices de desistência do alunado em nossos cursos de Licenciatura, confirmaram também nossa hipótese do descaso institucional em relação ao problema, pois muitas informações estavam incompletas.

Buscando ir além do que os números já tinham demonstrado anteriormente, tentando desvelar o que se passa nos bastidores administrativos e procurando demonstrar que a nossa universidade utiliza um discurso liberal e aparentemente democrático mas que carece de uma prática efetiva, desenvolvemos através da técnica de entrevistas semi-estruturadas, o quarto capítulo, pois as respostas analisadas posteriormente, nos permitiu a elaboração de categorias que sintetizaram o pensamento administrativo sobre esta questão.

Dentre as categorias elaboradas, fica patente na quase totalidade dos entrevistados, o desconhecimento da situação real da evasão em alguns cursos de Licenciaturas, reforçando ainda mais, a nossa hipótese inicial do descaso com que este problema vem sendo tratado.

Confirmado os altos índices de evasão e o aparente descompromisso da instituição frente à este fenômeno, chegamos ao último capítulo da nossa

dissertação, onde voltamos aos objetivos iniciais de nossa pesquisa, comentamos os principais resultados obtidos, discorremos sobre as principais implicações inerentes à esse fenômeno tanto para o indivíduo, como para a universidade e a sociedade e falamos sobre as limitações deste nosso trabalho, ficando implícito neste momento, sugestões para pesquisas futuras nesta área.

Afinal, falar de evasão significa falar de grandes perdas tanto para a sociedade em geral como principalmente para o indivíduo que se evade, o que justifica pesquisas que busquem colocar à nú o papel social e as finalidades últimas que devem nortear uma universidade, colocando sempre o aluno como eixo central de interesse.

CAPÍTULO 2. A UNIVERSIDADE BRASILEIRA.

2.1. Aspectos históricos da universidade brasileira.

Falar de problemas ou deficiências atuais da universidade brasileira, significa remontar ao passado, à criação e desenvolvimento da mesma, pois é inerente à sua existência o processo de manipulação, corporativismo, desgastes e dificuldades, cujas consequências se fazem sentir até os nossos dias.

Entendemos ser o resgate histórico um dos caminhos para uma análise mais aprofundada e uma melhor compreensão de alguns problemas das universidades brasileiras existentes nos dias de hoje, como o caso específico dos altos índices de evasão discente, decorrentes talvez do descaso com que a educação brasileira de maneira geral e a universidade em particular sempre foram objeto.

Com isto em mente, acreditamos ser possível entender um pouco mais sobre alguns aspectos do seu processo de criação e desenvolvimento e suas implicações com a problemática dos dias de hoje que nos leve a refletir sobre seus êxitos e fracassos.

Analisar qualquer fenômeno sob o ponto de vista histórico significa caminhar através do tempo em busca da realidade concreta onde se passou tal fenômeno com seus entraves e sucessos, apoios e desestímulos, interesses pessoais e de grupos, enfim, entre tantas variáveis existentes, significa contextualizá-lo buscando a compreensão do próprio fenômeno objeto da análise.

No entanto, apesar do desenvolvimento das universidades brasileiras estar permeado de descasos e inconseqüências políticas, acreditamos no incentivo à luta por uma universidade mais democrática e mais crítica, inserida no social e para o social, capaz de possibilitar alternativas, possibilidades e principalmente vontade política forte e determinada voltada para muitos dos seus problemas e dos problemas emergentes na sociedade, não se esquecendo que "a sociedade é a destinatária maior de tudo aquilo que se pensa e que se realiza no interior das instituições universitárias (AMORIM,1992:9), como e principalmente aqueles problemas específicos das próprias instituições.

No entanto, se fizermos um retrospecto de alguns aspectos da universidade brasileira, veremos que ela não surge como um processo natural de atendimento às necessidades sociais e culturais do seu povo, pois ela é uma instituição que não nasceu em nosso país. É importada, com modelos vindos de Portugal, Alemanha, Estados Unidos e sobretudo da França.

Não se trata portanto de um organismo pensado originalmente para o Brasil, mas sim, para ser resposta a problemas de outras regiões que possuíam realidade própria e segundo RIBEIRO (1986:14), “a universidade brasileira existe para entender o Brasil com toda profundidade, e a primeira tarefa que se impõe no exercício desta missão, é ter a coragem de lavar os olhos para ver nossa realidade, é perscrutá-la, é examiná-la, é analisá-la”.

A marginalização da comunidade acadêmica e dos demais setores interessados e ligados diretamente à questão educacional brasileira nas discussões e nos destinos das instituições do ensino superior, faz com que a universidade surja no cenário social brasileiro com pouca vontade própria. De fato, ela quase sempre foi assumida e conduzida segundo concepções alheias e interesses estranhos e diferentes dos seus próprios.

SCHUCH (1993:211) corrobora com este raciocínio, quando afirma estar a universidade brasileira numa sociedade tremendamente desigual, contraditória e conflituada em si mesma. As disciplinas que ensinamos, a organização da instituição em si mesma, os autores de que nos servimos na maior parte de nossas aulas, os métodos utilizados, são elementos vindos de fora. Isto faz com que enxerguemos o mundo e seus problemas com olhos, mente e técnicas estrangeiros. Não é de estranhar, pois, que nossas universidades, por tantos anos, houvessem permanecido alienadas do processo vital das comunidades brasileiras, como se a universidade e comunidade fossem entidades de diálogo impossível entre si.

Apesar disso, nos últimos 10 anos, foram criados espaços para a denúncia da importação de modelos, o que urge legitimar alternativas para se efetivar mudanças substanciais nos referenciais históricos instalados no cenário educacional brasileiro, repensar as universidades com modelos que se aproximem mais das exigências do nosso país, que atendam as nossas realidades e que

atinjam a formação de um profissional compatível com as necessidades do nosso mercado.

Mesmo diante deste quadro mais promissor de algumas universidades brasileiras, esquecemo-nos freqüentemente que, ao descobrir e colonizar o Brasil, não pretenderam os portugueses lançar nas regiões do novo mundo, as bases, os fundamentos de uma nação independente; não se tratava de plantar a semente de país autônomo, criando uma estrutura política e administrativa que propiciasse, ulteriormente a sua emancipação. O propósito segundo alguns historiadores, era predatório e a preocupação exclusiva a de explorar as riquezas da terra conquistada, remetendo para a metrópole o fruto desta exploração.

Não se contava com a educação para a implementação de um projeto histórico de desenvolvimento para o país, mas como um instrumento poderoso de manutenção de um sistema de classes e de interesses outros que não os da sociedade brasileira como um todo.

A falha original de nossas universidades se localiza no próprio fato do seu transplante, quando deveria ter sido pensada por mentes brasileiras e posta a serviço da Nação, não se devendo estranhar, segundo CASSIMIRO (1983:15), que nossas universidades por tantos anos, houvessem permanecido alienadas do processo vital das comunidades brasileiras. E a vida ficou sendo uma coisa e a universidade outra.

Foi dentro deste contexto de contradições inerentes a sociedade brasileira que surge a universidade. Sua história é bastante recente, sendo que, entre os países da América Latina, foi o Brasil um dos últimos países a possuir instituições universitárias. Em contraste com os países vizinhos, o Brasil atingiu sua independência sem possuir universidade alguma.

Enquanto a América Espanhola de 1577 a 1822 formou cerca de 150.000 graduados, o Brasil, em igual tempo, graduou 2.500 pessoas. Somente na década que precedeu a independência foi que tivemos nossas primeiras escolas de nível superior.(CASSIMIRO,1983: 17).

Embora o ensino superior tenha sido criado há mais de um século, (durante a permanência da família real portuguesa no Brasil, de 1801 a 1821) foi somente em 7 de setembro de 1920, pelo decreto nº 14.343, no governo de

Epitácio Pessoa, que foi criada a primeira universidade brasileira, não passando no entanto, da agregação de três escolas superiores existentes no Rio de Janeiro; a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e a Escola Politécnica.(ROMANELLI, 1983:132).

Entretanto, embora a Universidade do Rio de Janeiro seja a que ostenta o título de ser a primeira universidade fundada, reconhecida e que perdurou no Brasil, algumas outras tentativas, mais ou menos bem sucedidas, reivindicam tal honra.

Pela ordem cronológica, devemos citar a Universidade de Manaus, que foi criada em 1909 no auge da exploração da borracha e perdurou somente até 1926, quando foi dividida em três estabelecimentos isolados dos quais só vingou a faculdade de Direito. Esta última foi federalizada em 1949 e incorporada à Universidade do Amazonas , que instituída por lei federal em 1962, só foi instalada em 1965. (CUNHA, 1986).

A segunda tentativa refere-se à uma sociedade civil, fundada em 1911, por 20 professores de nível superior entre médicos, farmacêuticos, dentistas e advogados, denominada Universidade de São Paulo, na cidade do mesmo nome. Sofrendo os efeitos da concorrência de faculdades oficiais que foram sendo criadas a partir de 1912 e do temor, por parte dos alunos, da não validade de seus diplomas, a mesma perdurou somente até 1917. (PAREDES,1994:20).

Quase ao mesmo tempo em que era fundada a Universidade de São Paulo (um mês depois), foi criada em Curitiba a Universidade do Paraná, como resultado dos esforços conjugados de profissionais liberais que estavam dispostos a lecionar gratuitamente e de altos funcionários do governo do Estado.

No entanto, todas as ilusões e esforços empenhados foram defraudados, em 1915, com a promulgação da Reforma Carlos Maximiliano que, à nível federal, através do decreto 11.530 de março de 1915, reorganizava com efeitos retroativos, todo o ensino superior do país, que acabou impedindo a existência de escolas superiores em cidades com menos de 100.000 habitantes ou, no caso de capitais de Estado, se a população fosse inferior a 1 milhão de habitantes.

Na ocasião, Curitiba possuía apenas 66.000 habitantes e o censo demográfico de 1920 computou 686.000 habitantes para o Estado

todo.(PAREDES,1944:21). Portanto, ela só pode ser oficializada em 1946, (ROMANELLI,1978:132) não deixando no entanto de funcionar desde março de 1913 até sua oficialização pelo Governo Federal.

Na década de 30, com Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do Distrito Federal e considerado um dos maiores educadores desta geração (DURHAM,1986:205), surge a idéia de uma universidade centro livre de debates, mas foi sepultada pelo Estado Novo.

Em 1931, com a reforma Francisco Campos, não se admitia que a universidade assumisse as suas responsabilidades “por estar ensaiando os seus primeiros passos”e, em 1968 ela não é consultada por ser “conservadora demais”.(DURHAM,1986:205). Na realidade, o problema não se prende à inexperiência ou ao conservadorismo da universidade, mas ao “zelo”em mantê-la sob tutela. Segundo PINTO (1986:26):

A classe dominante produz a Universidade para que esta produza os juristas e sociólogos que defendam aquela classe. Mesmo na multiplicidade quase infinita de especialistas e assuntos de que trata o grande centro difusor, que é a universidade, existe um travamento interno, que dá uma unidade a todas as formas e modalidades de ensino, seja os de caráter teórico, seja os de ordem tecnológica; é partirem todos da mesma estrutura cultural, e portanto, representarem nos inúmeros campos do saber, os modos de pensar que satisfaçam ou pelo menos não contrariem os interesses da classe mantenedora da universidade.

Até hoje, de modo geral, não podemos imaginar uma universidade autônoma, livre e democrática (apesar de terem sido estes alguns dos objetivos de Darcy Ribeiro ao criar a Universidade de Brasília em 1960 e talvez por este motivo tenha sido exilado do país na época da ditadura militar em 1964; outro motivo talvez tenha sido a sua recusa em aceitar a universidade de mentira que se cultivava no país, tão insciente de si como contente consigo mesma), (RIBEIRO, 1986:4), porque ainda a nossa sociedade, em muitos aspectos é submetida à um regime de pressão e repressão, de tradição fortemente autoritária (CHAUI, 1991:53) e como o destino da universidade e da sociedade estão entrelaçados, também a democratização da universidade passa pela democratização da sociedade.

Não se pode mais, nos dias de hoje, se ter a crêça ingênua de que a universidade é um espaço neutro, aberto, livre de pressões e de ideologias múltiplas, onde não existe o conflito de classes e de interesses nem as contradições decorrentes destes conflitos.(HORTA:1982).

Não se pode perder de vista que a universidade é uma das dimensões do social global maior e portanto reflete em si a realidade total desta sociedade onde está inserida, com todas as suas deficiências, lutas de interesses, desigualdades e ideologias. A universidade faz parte do mundo, da sociedade, refletindo em seu interior os mesmos conflitos e contradições da sociedade, apesar de, escondendo-se atrás da ideologia, da ciência e da técnica, tentar minimizar estes conflitos, camuflá-los.

Toda universidade é essencialmente política (não necessariamente politizada), isto é, toda universidade defende certos interesses, que numa sociedade de classes, são os interesses das classes economicamente dominantes. Em outras palavras, toda universidade é no plano ideológico, o reflexo da política e da economia de uma dada sociedade.

Não é possível pensar em universidade e sociedade como dois elementos distintos, relacionados de forma superficial, externa e mecânica. Não se pode esquecer que a universidade é elemento integrante da realidade social, por ela penetrada e determinada, mas, ao mesmo tempo tem especificidade própria, que não esgota a sua realidade de ser mera reprodutora da sociedade, mas a comunidade universitária tem consciência e percebe a relação dialética que existe entre educação e sociedade, onde ao mesmo tempo que determina é determinada, que influencia, é influenciada, o que a faz um instrumento não só de reprodução mas potencialmente de transformação, que indaga, questiona, investiga, debate, analisa criticamente e propõe caminhos novos, alternativas outras, enquanto exercita suas funções primordiais de ensino, pesquisa e extensão.

Mas, nem todas as universidades brasileiras têm consciência do seu potencial transformador, de ser um instrumento de democratização do país e conseqüentemente da melhoria de vida da sociedade que a mantém. Infelizmente uma grande maioria tem se limitado a ser um órgão de repetição e difusão do saber elaborado em outras realidades que não a nossa e que muito pouco tem contribuído

para uma integração nacional, conseqüência de uma análise crítica da nossa realidade; quando muito, mantém sua clientela informada dos resultados das investigações feitas sobre problemas de outras realidades e não daquelas emergentes das necessidades e desafios de nosso povo.

Aliás, PINTO (1986:27) já afirmava desde 1961, de maneira enfática e até mesmo violenta que :

Não sendo a universidade destinada a funcionar como propulsora das transformações materiais da realidade brasileira, e portanto não estando a serviço dos verdadeiros interesses do país, não é de admirar que se mostre retrógrada e reacionária e ofereça aos alunos o tipo de ensino que rigorosamente não lhes convém. Nisso está a prova de sua perfeita eficiência.

Ou seja, a universidade brasileira, não sendo do povo, nem feita para o povo, portanto desvinculada dos interesses das classes menos favorecidas, não objetiva o trabalho social útil, gerando o boicote à todo processo que tende a reduzir o homem a um objeto manipulável e descartável, e, nesta dimensão, torna-se elitista e reprodutora da ideologia e dos interesses das classes dominantes. Aliás, segundo GRAMSCI (1980:p.305), "a universidade é a escola da classe (e do pessoal) dirigente, é o mecanismo através do qual faz-se seleção dos indivíduos das outras classes, que devem ser incorporados no quadro governante, administrativo, dirigente".

Nesta linha de raciocínio, acreditamos ser a evasão um destes fenômenos que, por inúmeras razões, impede a promoção e a realização do cidadão que tem não somente capacidade intelectual, mas verdadeira vocação e que não está sendo visto como um ser que pensa, sente, julga, decide e age, capaz de desenvolver uma escala de valores próprios e vivenciados que o possibilite a ser um instrumento de transformação social e melhoria da qualidade de vida.

Salvo algumas dissertações de Pós-graduação desenvolvidas nos últimos anos em algumas universidades brasileiras (ver subtítulo 2.3 do capítulo 2), a quase inexistência de uma bibliografia específica sobre a questão da evasão no 3º grau e de uma política voltada para uma análise e reflexão da mesma, nos constata o

descaso em relação à este fenômeno e coloca este tema como um dos pontos fundamentais a serem des-velados e analisados criticamente.

A universidade sempre foi encarada como a última etapa do processo formal de educação. Os formandos, os profissionais, os técnicos e os especialistas, após a obtenção do diploma, são lançados na vida sem preocupação nenhuma de “reabastecimento” intelectual ou técnico, fato que provoca uma estagnação no desenvolvimento social. Aliás, segundo CASSIMIRO (1983:51),

Universidade que tão somente instrui e não educa não é universidade. Em lugar de serviço, ela presta um “desserviço” à comunidade humana, uma vez que ela titula e qualifica elementos que agirão contra a comunidade, escudados por um título, um “status” e pelos privilégios acadêmicos, num País que tem grande parte da população analfabeta.

A universidade deve pois, se qualificar como uma instituição não somente de desenvolvimento científico e de centro de novas descobertas técnicas, mas sobretudo de núcleo de formação permanente do cidadão e para que isso ocorra é fundamental que o aluno permaneça na instituição e ao se formar colabore para o desenvolvimento do seu país.

Seria portanto uma ingenuidade atribuir todo o ônus da evasão discente às universidades, pois como AMORIM (1992:12) afirma: “A universidade não pode ser tratada de forma dicotomizada, como se a mesma existisse fora de uma totalidade social e histórica mais ampla e se constituísse como uma entidade independente do social”.

Continuando, Fagundes citado por AMORIM, (1992:12), afirma que: “quando se desconhece esse entrelaçamento da universidade com a sociedade, corre-se o risco de ater-se apenas ao manifesto, àquilo que o fenômeno mesmo revela, e deste modo passar ao largo daquilo que o fenômeno esconde, tomando as aparências deste pela totalidade concreta”

Portanto, ao se falar em universidade, entre outros tantos aspectos, tem-se que analisar a contextualização histórica da sua criação e sua evolução face às grandes transformações da sociedade, a filosofia norteadora da instituição, as políticas públicas (estaduais e federais), e a política desenvolvida por seus dirigentes.

Apesar de insistentemente criticada e mesmo desacreditada, cumpre à universidade o papel político e científico no compromisso social, necessitando rever permanentemente suas funções de promotora do desenvolvimento. Neste sentido, partilhamos o pensamento de RIBEIRO (1986:9), quando este afirma que:

...uma universidade que não tem um plano de si mesma, carente de sua própria idéia utópica de como quer crescer, sem a liberdade e a coragem de se discutir amplamente, sem um ideal mais alto, uma destinação que busque com clareza, só por isso está debilitada e se torna incapaz de viver o seu destino.

Inegavelmente, a universidade brasileira está vivendo um momento de crise muito grave, com uma evasão acima do percentual aceito como parâmetro pelo MEC, que é de 20%, aliada ao descrédito social, a escassez de recursos, a falta de autonomia, a má qualidade do ensino, a falta de qualificação do corpo docente, aos salários não condizentes à atuação do professor e ao desinteresse do governo em priorizar a educação através de políticas públicas que provoquem a efetivação de projetos que venham minimizar estes fatores que têm ocasionado sérias críticas ao sistema universitário.

Estes são alguns pontos que devem ser levantados e analisados como suporte para o surgimento de alternativas e propostas por parte de quem está diretamente ou indiretamente preocupado com a educação brasileira no ensino superior. Contudo, se se pode considerar o atual momento histórico da universidade brasileira como um dos mais graves vividos por ela até então, dialéticamente, talvez seja o mais rico. A crise de idéias e propostas para o futuro do país dá à universidade a grande chance de se transformar de universidade em crise para universidade para a crise.

Daí a necessidade de que existam trabalhos sistemáticos de análise institucional, com objetivo de criar uma maior transparência, um melhor redimensionamento e reestruturação da mesma, o que provavelmente resultaria numa universidade mais democrática, mais crítica e que teria preocupação em atender as necessidades individuais e sociais.

A universidade, como instituição social, deve entender que há dois tipos de futuro: aquele que é a continuação linear do passado, com novas respostas para

as mesmas perguntas dentro do momento paradigmático e o futuro novo, que surge da ruptura com o passado, com a reformulação da organização social, com novas propostas ideológicas, com perguntas diferentes.

Segundo BUARQUE (1989:317), grande parte das universidades brasileiras apresentam “a consciência de que o passado acabou mas ainda não temos o futuro”. E é por esse futuro que temos que lutar, que vale a pena lutar enquanto educadores e cidadãos brasileiros, pois segundo DEMO (1991:20), “a distinção entre país desenvolvido e subdesenvolvido passará sempre mais pelas condições de produção científica própria. Países subdesenvolvidos serão reduzidos a usuários de ciência alheia, sobretudo de sucata tecnológica”. Nesse contexto educacional, a universidade brasileira não pode reduzir-se a modernismos e a imposições externas, mas terá que ser construída com autonomia. Ser moderno é sobretudo dominar a modernidade, para definí-la e não ser pré-definida por ela. É de fundamental importância perceber que o mundo educacional moderno não se compõe mais com o mero ensino, a mera reprodução, a cópia repetida. Segundo DEMO (1991:3), “se ela apenas ensina, ensina a copiar. Ensinar a copiar é contraditório frente à ciência”.

Portanto, se a universidade brasileira está em crise, não definindo bem sua verdadeira identidade e não exercendo seu verdadeiro papel social para o qual foi criada, tornamos a repetir o valor intrínseco presente nesta situação, pois tal valor nos mostra que as idéias, as lutas de homens inteligentes, idealistas, que acreditam na força e no papel fundamental desempenhado pela educação estão vivos e não morrem jamais. Todas as crises pelos quais tem passado o processo educacional do ensino superior brasileiro, deixam evidente que idéias não morrem e que dialéticamente, o homem inteligente sempre soube construir o novo com as lições incorporadas das refletidas experiências do passado.

Acredita-se hoje, que algumas universidades brasileiras como a Universidade da Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), apresentam sinais de instituições que querem descobrir-se universidades e têm procurado conhecer cientificamente a nossa realidade, refletir, analisar, criar propostas novas, sugerir e avaliar o processo educacional. Não mais apenas repetir e importar modelos mas

acreditar em universidade voltada para o homem e não a serviços exclusivos da economia polarizada pelo lucro, desvinculada do sentido de homem e escravizada à tecnocracia.

Na expectativa de criar um clima de reflexões, esperanças, lutas e transformações na história da universidade, pela qual somos co-responsáveis, é que lançamos os olhos para a universidade que temos e a denunciemos, enquanto abrimos os olhos para a universidade que almejamos e nos propomos a conquistar e a construir.

Em resumo, por querer conhecer melhor a Universidade que temos como meio de desvelá-la, de conhecer suas deficiências e possibilitar alternativas de análises mais aprofundadas é que mostraremos a seguir alguns dados da Universidade Estadual de Ponta Grossa, (UEPG), que será objeto de nossa pesquisa e tema do capítulo que desenvolveremos à seguir.

2.2 A universidade Estadual de Ponta Grossa: aspectos históricos e organizacionais.

Torna-se necessário conhecer melhor alguns dados sobre a instituição que será o objeto de nosso estudo e onde detectou-se que está ocorrendo um significativo problema de evasão de alunos, principalmente nas Licenciaturas.

Situada na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, tem 350.000 habitantes e foi criada através da Lei Estadual nº 6.034 de 06/11/69/ e do Decreto nº 18.111 de 28/01/70, resultando da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes desde 1949 que funcionavam isoladamente. Eram elas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia, a Faculdade Estadual de Direito e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração. A personalidade jurídica de cada uma delas foi extinta no ato da criação da Universidade sob regime de Fundação de Direito Público.

À partir de 1991, no governo do Sr. Roberto Requião, passou ao regime de Autarquia de Regime Especial, através da Lei nº 9663, de 16 de julho de 1991,

continuando neste sistema de organização até os dias de hoje. É importante que se diga que apesar da UEPG pertencer à forma de organização de Autarquia de Regime Especial, segundo a Procuradoria Jurídica da Instituição, esta resolução não se efetiva na prática segundo a determinação legal da Artigo 207 de 05/11/88/ da Constituição da República Federativa do Brasil, no que se refere à sua autonomia financeira.

Atualmente a UEPG conta com 6860 alunos distribuídos nos seus 25 cursos de Graduação dos cinco setores existentes, a saber: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Setor de Ciências Biológicas e da Saúde, Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas e Setor de Ciências Exatas e Naturais.

Faz parte do seu corpo docente sem contar com os professores colaboradores, 542 professores, dos quais, segundo dados de julho de 1996 fornecidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEPG, 124 são Graduados, 264 são Especialistas, 171 são Mestres e 42 são Doutores. Como outras IES, também a UEPG apresenta deficiência no que diz respeito à questão da qualificação do seu corpo docente, principalmente se levarmos em consideração, à nível comparativo, com as demais universidades estaduais de Londrina e Maringá.

Através de consulta às Assessorias de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 31/01/97, obtivemos os dados referentes a qualificação do corpo docente das respectivas universidades que, comparativamente, demonstraram uma situação na nossa instituição, que se revelou insatisfatória e de certa forma inexplicável porque estas universidades foram criadas no mesmo ano de 1969 , sofrendo portanto as mesmas ações e sanções políticas e econômicas por parte do Estado.

É o caso da UEL que apesar de contar com mais do que o quádruplo do número de graduados em relação à UEPG, não justifica a diferença de 536 mestres e 290 doutores para aquela e 171 mestres e 42 doutores para esta.

Também a UEM, que contando com um total de 327 graduados e possuindo 569 mestres e 261 doutores, torna bastante significativa a diferença entre

esta e a UEPG que dentre os 99 graduados, conta somente com 171 mestres e 42 doutores. Ver tabela comparativa.

Tabela1. Tabela comparativa da qualificação docente das Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Base de cálculo: 31.01.97.

TÍTULOS	NÚMERO DE DOCENTES		
	U.E.P.G.	U.E.L.	U.E.M.
Graduados	89	405	327
Especialistas	238	369	226
Mestres	204	536	569
Doutores	50	290	261
Total	581	1605	1393

Então o porquê de tais discrepâncias da UEPG em relação as demais universidades paranaenses se a contextualização histórica era em termos gerais, a mesma para todas ?

A resposta talvez esteja no fato de que a criação da UEPG, não foi fruto de uma conquista almejada ou do querer político de nossos representantes a nível de Estado, nem mesmo da sociedade ponta-grossense como um todo. Ela foi consequência de uma situação criada pela Universidade de Londrina, onde a mesma através de seus representantes políticos e da pressão da comunidade londrinense para que se criasse a universidade local, fez-se presente junto ao então governador do Paraná, Sr. Paulo Pimentel com o projeto de criação da Universidade.

De posse do respectivo projeto, o governador resolveu criar no mesmo ato, fazendo uma jogada política de grande repercussão, as três universidades paranaenses, a saber, a de Londrina, a de Maringá e a de Ponta Grossa. Só que, ao contrário de Londrina e Maringá, Ponta Grossa já possuía seis faculdades há mais de 20 anos, cujos Diretores das mesmas não tinham interesse aparente de perder suas posições administrativas com a criação da universidade. Daí a UEPG ter surgido sem identidade própria, claudicante, sem vontade e força política de fazer da mesma uma instituição de vanguarda, de desafios e realizações científicas.

Outro fato que talvez explique a precariedade da qualificação docente da UEPG, foi que, ao ser criada, os então regentes de classe podiam pleitear, segundo decreto estadual da época, serem alçados à condição de titulares, nível este só conseguido atualmente com o título de Doutor e a prestação de concurso público. Como consequência desta situação, para que se investissem em cursos de pós-graduação se os dirigentes, de maneira geral, já possuíam a titulação máxima?

Aliás, nesta linha de raciocínio, o atual reitor em exercício no ano de 1996, em entrevista concedida à Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, (ACIPG), p.11, afirma que na época da criação da UEPG, "...não tínhamos um único professor com titulação de pós-graduação. ... as próprias faculdades que eram independentes durante muito tempo, não aceitaram a idéia de ter alguém superior ao diretor".

O mesmo não aconteceu com Londrina e Maringá que por serem cidades mais novas, com uma mentalidade mais progressista, foram buscar professores de outras cidades e Estados, a grande maioria com titulação, iniciando assim uma caminhada de investimento em qualificação docente.

Corroborando com esta afirmativa, o atual reitor em exercício, em continuidade à entrevista à ACIPG, diz que a UEPG ..." está em busca do tempo perdido. Criada na mesma época das universidades estaduais de Londrina e Maringá, acabou tendo um desenvolvimento diferenciado, que hoje lhe dá o estigma de "prima-pobre". O resultado destas políticas, entre outros fatores, se fez sentir nos dados apresentados anteriormente.

Atualmente, no entanto, a UEPG, consciente destes dados e mais realista quanto a necessidade premente de se reverter tal situação, está se empenhando cada vez mais na qualificação do seu corpo docente, contando em 1996 com 15 cursos de Especialização em vários setores, além do curso de Mestrado em Educação, criado em 1994 e que está sendo desenvolvido na própria instituição.

A UEPG conta com 954 funcionários, possui uma área de abrangência geo-educacional de 25 municípios, 04 "campi" avançados (Telêmaco Borba, Castro, Palmeira e Uvaranas), uma Biblioteca Central, um Museu, um Centro de Orientação ao Estudante, uma Fazenda Escola, um Centro de Processamento de Dados, um Colégio Agrícola de Ensino de 2º Grau, um C.A.I.C. (Centro de Atenção Integral à

Criança), um Centro Educacional, 57 Cursos de Especialização nas mais diversas áreas de conhecimentos - em realização à partir do ano de 1984- e um curso de Mestrado na área de Educação, aprovado pela resolução 052 de 30/03/93 do Conselho Administrativo da UEPG e da Resolução 002 de 31/03/93 do Conselho Universitário da respectiva instituição.

É uma universidade, que por ser jovem como a maioria das universidades brasileiras, ainda busca uma maior identidade, uma filosofia que a perpassa como um todo e dê sustentação à uma política educacional definida e à um planejamento geral mais concreto e realista.

Ela se caracteriza mais por uma certa acomodação, passividade e obediência às determinações legais, do que pela ousadia em romper o corporativismo e determinadas estruturas e normas. Na verdade ela se mantém fiel ao modelo da cidade que a criou, tida e revelada como uma cidade pacata, avessa às transformações radicais, essencialmente tradicionalista, o que comprova, que apesar da população heterogênea, multi-ideológica e pluripartidária que compõem a UEPG, ela ainda reflete em si os valores predominantes da sociedade que a mantém.

Na verdade, falar sobre a Universidade Estadual de Ponta Grossa, significa em alguns aspectos, falar sobre a grande maioria das universidades brasileiras. Crises sucessivas, inexistência de um planejamento diretor que lhe dê sustentação e direcionamento a longo prazo independente da vontade política de quem está circunstancialmente exercendo o poder, falta de uma filosofia norteadora e uma identidade que lhe dê especificidade própria, baixa produtividade, pouca pesquisa, falta de autonomia, queda da qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão, salários defasados, etc, (SOUZA,1991:124), fazem parte hoje do vocabulário comum de grande parte dos cidadãos brasileiros e das pessoas ligadas direta ou indiretamente ao processo educacional nas universidades.

Somando a este quadro da realidade universitária brasileira e em específico da UEPG, colocamos a questão da evasão em grandes proporções, (fenômeno este observado pela nossa prática em sala de aula) principalmente nas Licenciaturas.

A controvérsia que o tema evasão suscita não apenas no campo educacional mas em vários setores da sociedade que se preocupa com o papel social que uma universidade deve desempenhar, está se constituindo num dos grandes problemas a serem enfrentados e analisados mais aprofundadamente e com a máxima urgência, sob pena de se perder de vista sua identidade e a função social à que se destina uma universidade. Afinal, uma universidade sem alunos inexiste sua razão de ser. Segundo SOUZA (1991:151),

Toda esta parafernália de sistema de ensino: rede escolar, administrações macro e microeducacionais, legislação, recursos materiais, financeiros, técnicos e humanos, existe, em última análise, para servir este que é a grande razão de ser das políticas e dos projetos educativos: o aluno. Ele é o alfa e o ômega da educação; o princípio e o fim; a causa eficiente da pedagogia e de todas as ciências que embasam suas formulações.

E importante, segundo SOUZA (1991:162), mencionar que a nossa oferta de ensino superior ainda se coloca muito abaixo daquela da quase totalidade dos demais países, o que torna mais crítica a questão da evasão nas universidades brasileiras

Daí a necessidade de se saber como é que a evasão está sendo percebida nas universidades brasileiras e em especial na UEPG, que é o tema a ser desenvolvido a seguir.

2.3 Como a evasão é percebida no contexto universitário em geral e em específico na UEPG.

Após termos tratado de alguns aspectos históricos e organizacionais da Universidade de Ponta Grossa que julgamos importantes para alicerçar o raciocínio sobre o problema da evasão nela existente, é necessário também que, definindo evasão, (percentagem de desistentes que abandonaram estudos superiores sem obter o diploma, em relação aos totais de ingressantes) clarifiquemos também os critérios utilizados pelo Ministério da Educação, para determinar a evasão.

Segundo consulta nossa à legislação oficial da instituição que por sua vez se baseia na Lei Federal determinada pelo Ministério da Educação, é considerado evadido o aluno que tranca a sua matrícula, aquele que é transferido para outras instituições, aquele que é jubilado, aquele que desiste formalmente de prosseguir no curso e o aluno que morre no decorrer de sua vida acadêmica.

É importante ressaltar que o fenômeno da evasão nas universidades brasileiras, representa uma fonte de várias preocupações tanto para os educadores quanto para a sociedade em geral. Para os educadores, ela representa não somente um sentimento de falha pessoal mas também de falha do sistema educacional como um todo em atingir as necessidades de uma clientela, sem mencionar a perda de trabalho potencial para os professores e a perda de investimentos das universidades.

A evasão nas universidades também incorre em uma série de custos individuais e sociais. Para o indivíduo, a falha de completar o curso está diretamente ligada com as limitadas perspectivas ocupacionais e econômicas. Ao nível social, deixar a universidade prematuramente resulta em um aumento de gastos do governo que investe num empreendimento falido.

Segundo o jornal de Goiânia, O POPULAR, de 10/07/95, nas universidades brasileiras a taxa de evasão atinge o patamar de 51.65% das matrículas efetuadas. O número assusta mas não é exclusivo de países do Terceiro Mundo. Nos Estados Unidos da América por exemplo, considerando-se "colleges" e universidades, estaduais e particulares, grandes e pequenas, o índice geral de evasão tem oscilado desde 1920, em torno de 50%, ocorrendo o mesmo na França. (PRADO, 1990:70).

Ao contrário do que ocorre nas universidades brasileiras, o acesso às universidades americanas e francesas é livre, bastando ser portador do diploma do 2º grau, o que dá um significado diferente à evasão.

Entretanto, na Inglaterra, onde também há seleção, a taxa de titulação é de cerca de 90% dos ingressos. A baixa produtividade do sistema brasileiro pode refletir em parte, a baixa seletividade dos vestibulares para determinados cursos e escolas, mas requer explicações mais elaboradas". (PAUL, 1990:1)

No Brasil, a evasão de estudantes parece ser uma característica geral da educação em todos os níveis de ensino, do primeiro grau à pós-graduação, da escolarização regular ao ensino supletivo e não-convencional e para reforçar tal afirmativa, a revista VEJA (nº 793) publicou, sob o título “Os índices da pobreza”, alguns dados decorrentes da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), realizada em 1982 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esse artigo destaca um subtítulo- “O drama da educação”- cujo parágrafo inicial transcrevemos a seguir:

Como um cruel cartomante, o sistema de ensino já traçou o futuro das crianças brasileiras - a maioria delas não tem futuro algum. De acordo com o exaustivo quadro sobre a educação no país traçado pela PNAD-82, conclui-se que, em cada grupo de 100 brasileiros, apenas 74 terão algum contato com a escola - 26 já devem ser descartados liminarmente e permanecerão analfabetos a vida inteira. Dos 74, um grosso contingente de 62 pessoas terá acesso somente ao 1º grau de ensino, onde se dá a formação básica, e ficarão por aí. Sobrarão não mais de 12, a quem se oferecerá o privilégio de cursar o 2º grau. e desses 12 apenas 4, “solitários” vencedores supremos no pelotão inicial de 100, terão acesso à Universidade. Está aí traçado o percurso de uma corrida perversa, em que quase todos são abatidos impiedosamente no meio do caminho e, sobretudo, sai massacrado o país. (p.86)

Também nos cursos de Pós- Graduação brasileiros, a questão da evasão está presente e de forma significativa. Segundo MARTINS (1991:27), em média, por ano, os que abandonam ou trancam matriculas no mestrado, correspondem a quase o dobro dos que se titulam. No doutorado, a proporção é de um titulado para um evadido, real ou potencial. Continuando, MARTINS (1991:27) afirma que a pós-graduação não pode sobreviver, e muito menos continuar a se desenvolver, caso o sistema do ensino superior, em especial o público, continuar a ser submetido a uma trajetória declinante em termos de recursos humanos, materiais e financeiros.

Apesar do fenômeno evasão ter sido bastante estudado no 1º grau e de haver uma razoável bibliografia a respeito do assunto, o mesmo não ocorre em relação aos cursos universitários, apesar de serem poucos os cursos onde o fenômeno da evasão não existe ou é desprezível. A precariedade de material bibliográfico e a escassez de publicações nesta área criam dificuldades para a revisão teórica além de ser bastante preocupante pois acreditamos ser a evasão um

tema de importância fundamental não só para aqueles que direta ou indiretamente estão ligados à educação mas também para a sociedade em geral, que é mantenedora e justificadora da sua existência.

Corroborando com nossa afirmativa, ROCHA (1987:1) diz que : “a evasão escolar é uma das mais antigas e sérias questões a ser resolvida dentro da realidade do ensino brasileiro, pois preocupa a todos, não tendo sido possível até agora, encontrar uma resposta adequada para tal situação”.

Após inúmeras tentativas para a obtenção de dados em periódicos, revistas especializadas, em obras publicadas, em bibliotecas universitárias e em livrarias de grande porte de várias cidades brasileiras para se obter uma revisão da literatura na área, recorreremos ao COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica), pedindo uma relação das teses e dissertações sobre o tema evasão em muitas das universidades brasileiras.

De posse desta relação, passamos à fase dos contatos com as respectivas instituições onde foram desenvolvidos estes trabalhos, pedindo as cópias dos mesmos. Ao analisar estes trabalhos, chegamos a conclusão de que apesar das significativas contribuições que nos trouxeram, eles dizem especificamente às suas realidades institucionais, o que nos deixa com pouco aproveitamento prático para a pesquisa em questão. Sem minimizar sua importância, elas nos servirão mais como elementos de comparação de dados entre as várias realidades. Entre as várias teses e dissertações analisadas, destacamos algumas para confirmar o que dissemos anteriormente.

Em nível de doutorado, a tese de PAREDES (1994), intitulada A evasão do terceiro grau em Curitiba, objetivou determinar nas Universidades Federal do Paraná e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, entre os anos de 1980/1989, as causas principais da evasão, a amplitude deste fenômeno nas instituições e o que poderia ser feito para diminuir a evasão. O autor utilizou de uma análise quantitativa para o levantamento dos dados e de entrevistas estruturadas com os dirigentes das respectivas universidades, além de depoimentos de alunos egressos das duas universidades em questão.

Também em nível de doutorado, PRADO,(1994) da Universidade de São Paulo elaborou a tese “Acesso e evasão de estudantes na graduação: a situação

do curso de Física da USP". A finalidade deste estudo, como seu título indica, foi investigar em detalhes a situação do curso de Física da USP, do ponto de vista de sua produtividade em relação à ingressantes e formandos, caracterizando assim os índices de evasão.

Entre outros aspectos, faz uma revisão dos estudos que vêm sendo efetuados desde 1970, uma descrição e estudo do ingresso e conclusão dos alunos ao longo deste tempo, levanta características do ingressante e do formado, as modificações no mecanismo de seleção e de ingresso. Procurou correlacionar com a evasão os fatores acima descritos, bem como suas eventuais combinações: opção por bacharelado ou licenciatura, opção pelo diurno ou noturno e ingresso como primeira opção do curso ou não.

Finaliza, apresentando uma discussão geral sobre critérios e sistemáticas de admissão; evasão, índices aceitáveis e propostas para minimizá-los e sugestões gerais sobre a sistemática de acesso, sobre a organização e o funcionamento dos currículos.

"A evasão escolar no ensino de 3º grau, um estudo de caso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro", foi a dissertação de CARVALHO ROCHA (1987) em nível de mestrado. Através de uma metodologia descritiva, o propósito deste estudo consistiu em analisar o fenômeno da evasão escolar entre os anos de 1984/1986, em seis cursos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com as situações decorrentes desta evasão: cancelamento de matrícula por abandono de curso e trancamento de matrícula e transferência para outro estabelecimento de ensino superior.

Como conclusão, apresentou de acordo com as amostras levantadas, a existência do fenômeno da evasão na universidade, recomendando que se faça um estudo sobre a reformulação dos currículos desses cursos, bem como o prosseguimento das pesquisas, buscando levantar as causas da evasão.

Outro trabalho se refere à evasão na UFRGS em 1984, pelo departamento de pesquisa institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É o décimo segundo volume da série Estudos e Projetos e objetivou analisar as causas da evasão nos cursos de graduação. Ele está estruturado em duas partes distintas; a

primeira procura caracterizar quantitativamente a evasão e a segunda analisa os motivos pelos quais os alunos se evadem de seus cursos.

O décimo quinto volume da série Estudos e Projetos da Pró Reitoria de Planejamento da UFRGS, é uma continuação do trabalho anterior, visando levantar dados sobre a evasão nos cursos de licenciaturas, agora entre os anos de 1985, 1986 e 1987 a fim de averiguar as principais causas que determinaram a evasão nestes cursos.

Como pudemos constatar , são todos trabalhos muito importantes e que, através de seus dados e levantamentos, nos mostraram a existência da evasão e suas principais causas como também o interesse que o tema evasão está despertando como objeto de análise em teses e dissertações.

No entanto, mesmo utilizando metodologias diferentes, todas elas ficaram mais à nível de constatações numéricas dentro de um paradigma quantitativo, o que, apesar de importantes, não são suficientes para a nossa pesquisa, pois queremos ir além da constatação da evasão e dos seus percentuais, mergulhando mais fundo no que se refere à este fenômeno da evasão, principalmente na forma como esta questão está sendo trabalhada pela UEPG, buscando pesquisar se há o descaso do setor administrativo da instituição quanto a evasão de sua comunidade estudantil.

Felizmente, apesar de incipiente, já existe hoje uma maior preocupação por parte do Ministério de Educação, em possuir mais dados sobre os índices de evasão nas universidades brasileiras. Houve uma reunião em Brasília nos dias 11 e 12 de abril de 1995, com a presença entre outros, do Sr. Secretário de Educação Superior, Professor Décio Leal de Zagottis e do Sr. Cid Santos Gesteira, Diretor do Depto. de Política de Ensino Superior, onde se colocou a preocupação a respeito dos altos índices de evasão nas universidades e se pediu estudos mais detalhados sobre o percentual da evasão e suas principais causas.

Desta reunião resultou uma fórmula,

$$\% \text{ evasão} = [1 - \text{N}^\circ \text{ Dipl.} + \text{N}^\circ \text{ Prov. Dipl.}] \times 100$$

Nº ingressantes

que deveria ser aplicada em todos os cursos universitários num período de dois anos consecutivos, para se ter um quadro mais real do problema. Esta foi aplicada em meados de 1995 na UEPG, obtendo-se a constatação do alto índice de evasão (uma média de 50% nas Licenciaturas em questão) que ultrapassa em muito a perspectiva do MEC que é de 20%.

No entanto, no nosso entender, esta pesquisa não traduziu o quadro real da evasão na instituição por não ter contado com a participação de outros segmentos institucionais, a saber, o corpo docente, discente e administrativo, cujos pareceres acreditamos, seriam de importância fundamental para se determinar através de suas óticas, situações mais concretas e reais desse fenômeno.

Outra iniciativa quanto a questão dos índices de evasão, diz respeito às Universidades Federais, que juntamente com o Ministério da Educação irão desenvolver uma pesquisa nacional sobre este problema. Segundo o então Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná, professor Euclides Marchi, é a primeira vez que se fará uma pesquisa tão ampla sobre este tema. Já foram coletadas em maio do ano de 1995, três gerações de estudantes que se formaram nos anos de 92, 93 e 94 respectivamente, com a proposta de divulgação oficial dos resultados ao Ministério da Educação, embora, neste momento, os dados levantados não encontrem-se à disposição.

Também a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais), segundo o artigo intitulado "A evasão dos cursos de graduação: os dados das universidades federais", da Revista Para as Universidades de Habla Espanhola y Portuguesa, em sua última reunião em Florianópolis em agosto de 1996, fez uma apresentação preliminar dos principais aspectos discutidos pela Comissão Nacional de Evasão, criada no âmbito do MEC. Nesta reunião, houve um entendimento por parte dos Reitores de que o tema evasão, é essencial para a política institucional de graduação e que há necessidade de que se inteirassem mais detidamente sobre o problema.

A evasão vem sendo objeto de estudos da comissão há pelo menos um ano; ela foi criada para responder a afirmações do então Secretário da SESU, Décio Leal Zagottis, que numa reunião da ANDIFES, apresentou números de evasão média por instituições que ultrapassavam os 50%.

É importante que iniciativas desta natureza estejam sendo realizadas, mesmo que de uma forma ainda incipiente, pois acreditamos que somente analisando, pesquisando e discutindo criticamente, provoquem a compreensão melhor do fenômeno e as formas de se atuar sobre ele, que neste caso específico é o problema da evasão nas Licenciaturas da UEPG. O processo precisa ser desencadeado e tornar-se concreto em movimentos que permitam à ela que se desvele, se desnude, se explique e se justifique

Nada mais democrático que ela se desvelar, se desnudar, se explicar, se justificar. É importante se ter claro que a natureza da universidade é a de um "ser-para" a comunidade humana; trata-se de uma realidade relacional. (ROSARIO, 1983:13). Se por ventura for esquecido este dado da instituição universitária, ela por certo não terá qualquer razão para existir. É fundamental que a evasão dos cursos de graduação ganhem definitivamente um espaço na agenda de discussão das universidades.

Queremos neste momento, deixar claro o propósito deste trabalho, a mola propulsora de nossa pesquisa, qual seja a de desvelar se há descaso do setor administrativo da UEPG em relação ao problema da evasão e como ela vem tratando deste problema, pois entendemos que uma universidade diz essencialmente ao aluno que dela faz parte e tudo o que se refere à problemática discente, deve ser objeto de análises aprofundadas.

Já afirmamos anteriormente que uma universidade sem alunos, deixa de ter razão para existir, pois sem o mesmo ela perderia sua identidade e o papel social para a qual foi criada e é mantida. É ele, o aluno, quem deve ser a prioridade máxima de uma instituição superior e o objeto de toda atenção e preocupação.

Voltamos portanto nosso interesse aos nossos dirigentes da UEPG, procurando desvelar o que pensa, sente e age o setor administrativo em relação a evasão comprovadamente existente em grandes percentuais na instituição. Afinal é este setor que legalmente detém em suas mãos a força política e transformadora.

Com que importância este assunto é tratado? Têm eles conhecimento dos dados oficiais sobre a evasão? Que filosofia institucional permeia todo esse processo de evasão? O que efetivamente a UEPG tem feito senão para resolver, ao

menos tentar minimizar este problema? são algumas das questões que permearão a nossa pesquisa, como eixo central de nossas preocupações.

No entanto, para que conseguíssemos obter os elementos necessários para se ter uma visão mais clara e uma compreensão mais abrangente do que pretendíamos, tivemos que primeiramente fazer um levantamento dos dados reais dos alunos evadidos nas Licenciaturas da UEPG, que é o trabalho desenvolvido no capítulo seguinte, para que posteriormente pudéssemos, através de uma análise interpretativa, desvelar a maneira como o problema da evasão é percebida, refletida e analisado pela UEPG. Mostraremos a seguir, os resultados obtidos nesta primeira fase da nossa pesquisa.

CAPÍTULO 3- A CONSTATAÇÃO DO PROBLEMA.

3.1 Justificativa.

Os números têm sua própria linguagem e sua própria mensagem, propiciando que as mesmas sejam decodificadas e traduzidas efetivamente em tomadas de posição, ações concretas, análises aprofundadas de problemas e sobretudo competência e vontade política de superação

Além disso, o levantamento de dados e a elaboração de tabelas e gráficos se fizeram necessários primeiramente pela inexistência de dados sistematizados na instituição entre os anos de 1982 a 1989 nas Licenciaturas da UEPG

Em segundo lugar pela importância que estes dados terão como suporte posterior da nossa pesquisa e finalmente pela realidade irrefutável que os números traduzem, sem possibilidades de falsos juízos de valor, preconceitos, corporativismos que possam permear e influenciar qualquer resultado outro que não o real, nos possibilitando uma leitura clara do quadro da evasão nas Licenciaturas da UEPG.

Nesta fase, o primeiro passo foi determinar os cursos a serem pesquisados. Como basicamente nós trabalhamos com os cursos de Licenciatura e acreditamos na importância que os mesmos têm na formação das novas gerações de professores, fizemos a opção de analisar as mesmas.

Como a UEPG conta com 9 cursos de Licenciatura, escolhemos 5 deles, procurando enquadrá-los em diversos setores para que se tivesse um quadro mais abrangente da realidade universitária ponta-grossense.

Assim escolhemos o curso de Matemática (noturno e diurno), o curso de História (noturno), o curso de Geografia (noturno), o curso de Educação Física (integral) e o curso de Pedagogia (noturno e diurno).

Este levantamento de dados, vai abranger 8 anos consecutivos da vida acadêmica nos cursos previamente escolhidos, a saber, de 1982 a 1989, todos eles dentro do Sistema de Créditos Semestral vigente até 1990, fazendo o acompanhamento de aluno por aluno através de seus registros acadêmicos, de curso por curso e de período por período.

Nesta fase inicial de coleta de dados, foram as inúmeras dificuldades que tivemos para conseguir “traduzir” certos dados que nos foram fornecidos pelo órgão responsável da UEPG neste setor (PROGRAD), dentro de uma sequência lógica. Faltaram dados e outros tantos estavam incoerentes. (ver as tabelas do fluxo acadêmico nos períodos de 1982/1989 específica à cada curso analisado, pois não há uma tabela geral sobre estes dados).

Para cada curso, foram elaboradas três tabelas. A primeira tabela, a do fluxo dos acadêmicos no período 1982-1989, é específica à cada curso e resulta da pesquisa documental do número de alunos que ingressaram em determinado ano e a sua caminhada, período por período até a sua formatura, eliminando os alunos que segundo os critérios da instituição, evadiram. Isso foi possível, pela análise do registro acadêmico de cada aluno, onde o seu número, em cada período, nos diz da condição que se encontra. A leitura desta tabela, deverá ser feita na diagonal, por ter sido esta a forma mais didática encontrada para se ter a noção mais clara da movimentação acadêmica, numa visão abrangente de todo o processo.

A segunda tabela, a dos percentuais de evasão dos cursos, também específica a cada curso, nos mostra o percentual de alunos evadidos e a terceira tabela, a do percentual geral de evasão no período pesquisado, vai nos mostrar o total de de iniciantes, formandos e evadidos de todo o período pesquisado, a saber de 1982-1989.

Apesar de não termos conseguido todos os dados na íntegra, foi possível fazer uma filtragem de dados reais e coerentes entre os anos de 1982 à 1989, portanto oitos anos dos dez estabelecidos por nós inicialmente. O fato de termos restringido nossa pesquisa em dois anos, se deveu ao fato de que em 1991/2, os órgãos competentes da UEPG não tinham dados armazenados sobre este período e, em 1992/1, houve uma pane no sistema de informática do Centro de Processamento de Dados (CPD), os dados desapareceram e por não terem sido refeitos, impossibilitou a coleta de dados e determinou diminuição do tempo da nossa pesquisa em dois anos.

Esta situação vem demonstrar não somente as dificuldades encontradas no setor administrativo responsável pela graduação como também, por falta de

organização dos dados, o descaso com que com que o problema da evasão vem sendo tratado pelo setor administrativo da UEPG. Os períodos que compreendem os anos de 1991-1992 de todos os cursos, ficaram prejudicados pela inexistência de dados, impossibilitando resultados reais e completos.

3.2. Resultado do levantamento de dados da evasão.

Para pesquisa documental foram utilizados os índices de evasão obtidos através do levantamento feito entre os anos de 1982-1989, da UEPG. Nesta época os cursos eram desenvolvidos em regime semestral, ocasionando dois vestibulares anuais. Portanto para cada ano e curso houve um levantamento de dados por semestre. A falta de informação disponível impediu a análise com todos os dados referentes ao tema da pesquisa, permitindo somente resgatar 8 anos dos 10 convencionados por nós anteriormente.

Curso: Educação Física - Período Integral

Esse foi o curso que apresentou a menor evasão dentre os pesquisados, apesar de ter apresentado no período de 89/1, 46% de evasões. Dos 399 alunos que iniciaram o curso no período da pesquisa, 295 se formaram e 104 evadiram, num total de 26,07%. (ver tabela 4).

Curso de Educação Física Integral

Tabela 2: Fluxo acadêmico no período 1982/1989

ANO/ SEMESTRE	PERÍODOS					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
82/1	50					
82/2	—	47				
83/1	50	—	43			
83/2	—	46	—	42		
84/1	49	—	45	—	40	
84/2	—	41	—	44	—	42
85/1	50	—	38	—	44	—
85/2	—	46	—	38	—	39
86/1	50	—	45	—	39	—
86/2	—	44	—	41	—	37
87/1	50	—	47	—	41	—
87/2	—	42	—	46	—	41
88/1	50	—	38	—	41	—
88/2	—	40	—	34	—	40
89/1	50	—	39	—	37	—
89/2	—	43	—	37	—	35
90/1	—	—	32	—	35	—
90/2	—	—	—	35	—	34
91/1	—	—	—	—	31	—
91/2	—	—	—	—	—	27
92/1	—	—	—	—	—	—
92/2	—	—	—	—	—	—

Tabela 3: Percentual de Evasão do Curso de Educação Física Integral

PERÍODOS	E D . F Í S I C A (I)		E V A S Ã O	
	ENTRADA	SAÍDA	Nº ALUNOS	%
82/1	50	42	8	16,00%
82/2	—	—	*	*
83/1	50	39	11	22,00%
83/2	—	—	*	*
84/1	49	37	12	24,49%
84/2	—	—	*	*
85/1	50	41	9	18,00%
85/2	—	—	*	*
86/1	50	40	10	20,00%
86/2	—	—	*	*
87/1	50	35	15	30,00%
87/2	—	—	*	*
88/1	50	34	16	32,00%
88/2	—	—	*	*
89/1	50	27	23	46,00%
89/2	—	—	*	*

— ausência de vestibular

* ausência de dados

Tabela 6: Percentual de Evasão do Curso de Geografia Noturno

PERÍODOS	G E O G R A F I A		E V A S Ã O	
	ENTRADA	SAÍDA	Nº ALUNOS	%
8 2 / 1	4 0	1 7	2 3	5 7 , 5 0 %
8 2 / 2	—	—	*	*
8 3 / 1	4 0	2 1	1 9	4 7 , 5 0 %
8 3 / 2	—	—	*	*
8 4 / 1	4 0	1 8	2 2	5 5 , 0 0 %
8 4 / 2	—	—	*	*
8 5 / 1	4 0	2 7	1 3	3 2 , 5 0 %
8 5 / 2	—	—	*	*
8 6 / 1	4 0	1 7	2 3	5 7 , 5 0 %
8 6 / 2	—	—	*	*
8 7 / 1	4 0	2 1	1 9	4 7 , 5 0 %
8 7 / 2	—	—	*	*
8 8 / 1	4 0	1 4	2 6	6 5 , 0 0 %
8 8 / 2	—	—	*	*
8 9 / 1	4 0	1 3	2 7	6 7 , 5 0 %
8 9 / 2	—	—	*	*

— ausência de vestibular * ausência de dados

Tabela 7: Percentual geral de evasão dos períodos pesquisados: 82/1 a 89/2

RESUMO	QTDE.	%
INICIARAM	320	100,00
FORMARAM	148	46,25
EVASOES	172	53,75

Curso de História Noturno.

Este foi o curso que apresentou um dos maiores índices de evasão dentre os cursos pesquisados.

Dos 319 alunos que ingressaram no curso dentro do período da pesquisa, 130 se formaram num total de 40,75%, sendo a evasão observada de 59,25%. (ver Tabela 10). Este percentual de quase 60% de evasões nos mostra uma realidade bastante crítica, que merece análises mais aprofundadas sobre o problema.

Curso de História Noturno

Tabela 8: Fluxo acadêmico no período 1982/1989

ANO/ SEMESTRE	PERÍODOS							
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
82/1	39							
82/2	—	30						
83/1	40	—	25					
83/2	—	28	—	20				
84/1	40	—	20	—	21			
84/2	—	31	—	18	—	18		
85/1	40	—	26	—	16	—	18	
85/2	—	32	—	25	—	13	—	9
86/1	40	—	44	—	29	—	15	—
86/2	—	30	—	38	—	26	—	3
87/1	40	7	27	—	37	—	26	—
87/2	—	30	13	26	—	30	—	15
88/1	40	10	26	14	23	—	28	—
88/2	—	35	13	21	12	22	—	11
89/1	40	—	32	11	22	13	18	—
89/2	—	36	—	30	9	23	12	18
90/1	—	—	30	—	27	9	23	13
90/2	—	—	—	27	—	26	8	23
91/1	—	—	—	—	29	—	36	8
91/2	—	—	—	—	—	—	—	25
92/1	—	—	—	—	—	—	—	—
92/2	—	—	—	—	—	—	—	26

Tabela 9: Percentual de Evasão do Curso de História Noturno

PERÍODOS	HISTÓRIA (N)		EVASÃO	
	ENTRADA	SAÍDA	Nº ALUNOS	%
82/1	39	9	30	76,92%
82/2	—	—	*	*
83/1	40	3	37	92,50%
83/2	—	—	*	*
84/1	40	15	25	62,50%
84/2	—	—	*	*
85/1	40	11	29	72,50%
85/2	—	—	*	*
86/1	40	18	22	55,00%
86/2	*	13	*	*
87/1	40	23	17	42,50%
87/2	*	8	*	*
88/1	40	25	15	37,50%
88/2	—	—	*	*
89/1	40	26	14	35,00%
89/2	—	—	*	*

— ausência de vestibular

* ausência de dados

Tabela 10: Percentual geral de evasão dos períodos pesquisados: 82/1 a 89/2

RESUMO	QTDE.	%
INICIARAM	319	100,00
FORMARAM	130	40,75
EVASOES	189	59,25

Curso: Matemática diurno.

Durante o período em que foi feito o levantamento de dados, 360 alunos iniciaram o curso, com uma média de 40 alunos por período, com desvio padrão = 0 (ou seja, em todos os períodos entraram 40 alunos).

Dos 360 alunos que entraram, 61 se formaram num total de 16,94%. Este foi o curso que apresentou o maior índice de evasão dentre os pesquisados, chegando a um total de 83,06% de evasões.(ver Tabela 13).

A maior formatura apresentou 10 alunos, sendo que ocorreu período em que apenas 2 alunos se formaram como no período 1982/1, ocasionando a expressiva evasão de 95%.(ver Tabela 12). Uma situação que nos alerta para tomadas de decisões urgentes quanto a esse processo que está permeando principalmente os cursos de Licenciaturas da UEPG.

Curso de Matemática Diurno

Tabela 11: Fluxo acadêmico no período 1982/1989

ANO/ SEMESTRE	PERÍODOS							
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
82/1	40							
82/2	—	30						
83/1	40	—	16					
83/2	—	25	—	17				
84/1	40	—	21	—	9			
84/2	—	23	—	11	—	6		
85/1	40	—	9	—	11	—	3	
85/2	—	26	—	6	—	8	—	2
86/1	40	—	17	—	6	—	6	—
86/2	40	35	—	10	—	4	—	9
87/1	40	31	25	—	10	—	4	—
87/2	40	21	24	16	—	9	—	1
88/1	40	34	13	15	14	—	10	—
88/2	40	32	17	11	14	12	—	9
89/1	—	26	25	16	10	13	8	—
89/2	40	—	23	19	17	9	10	10
90/1	—	26	—	16	16	13	7	9
90/2	—	—	21	—	15	15	12	8
91/1	—	—	—	18	—	13	15	8
91/2	—	—	—	—	20	—	12	—
92/1	—	—	—	—	—	—	—	5
92/2	—	—	—	—	—	—	—	—

Tabela 12: Percentual de Evasão do Curso de Matemática Diurno

PERÍODOS	M A T E M Á T I C A (D)		E V A S Ã O	
	ENTRADA	SAÍDA	Nº ALUNOS	%
82/1	40	2	38	95,00%
82/2	—	—	*	*
83/1	40	9	31	77,50%
83/2	—	—	*	*
84/1	40	1	39	97,50%
84/2	—	—	—	—
85/1	40	9	31	77,50%
85/2	—	—	*	*
86/1	40	10	30	75,00%
86/2	40	9	31	77,50%
87/1	40	8	32	80,00%
87/2	40	8	32	80,00%
88/1	40	*	*	*
88/2	40	5	35	87,50%
89/1	—	—	*	*
89/2	40	*	*	*

— ausência de vestibular

* ausência de dados

Tabela 13: Percentual geral de evasão dos períodos pesquisados: 82/1 a 89/2

RESUMO	QTDE.	%
INICIARAM	360	100,00
FORMARAM	61	16,94
EVASOES	299	83,06

Curso: Matemática noturno.

Ao contrário do observado no turno Diurno desse curso, a pesquisa sobre Matemática Noturno apresentou um número de formandos (48,44%) mais próximo ao número de evasões (51,56%), (ver Tabela 16) apesar de ter apresentado no período 1988/1, somente 5 alunos formados, perfazendo um total de 87,50% de evasões neste período. Nunca ocorreu uma formatura com os 40 alunos esperados, pois a formatura com maior presença ocorreu com 31 alunos.

Apesar de apresentar altos índices de evasão, o curso noturno demonstra uma evasão menos agressiva do que no turno diurno.

Curso de Matemática Noturno

Tabela 14: Fluxo acadêmico no período 1982/1989

ANO/ SEMESTRE	PERÍODOS							
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
82/1	40							
82/2	—	31						
83/1	40	—	34					
83/2	—	35	—	28				
84/1	40	—	32	—	31			
84/2	—	38	—	32	—	25		
85/1	40	—	37	—	30	—	20	
85/2	—	38	—	32	—	29	—	18
86/1	40	—	34	—	32	—	28	—
86/2	—	33	—	31	—	29	—	22
87/1	40	—	30	—	28	—	24	—
87/2	—	39	—	30	—	27	—	22
88/1	40	—	37	5	28	—	30	—
88/2	—	32	5	33	7	27	—	31
89/1	40	—	25	5	28	7	30	—
89/2	—	32	—	23	5	19	6	27
90/1	—	—	29	—	21	5	20	5
90/2	—	—	—	25	—	17	6	13
91/1	—	—	—	—	25	—	19	3
91/2	—	—	—	—	—	22	—	5
92/1	—	—	—	—	—	—	—	—
92/2	—	—	—	—	—	—	—	17

Tabela 15: Percentual de Evasão do Curso de Matemática Noturno

PERÍODOS	M A T E M Á T I C A (N)		E V A S Ã O	
	ENTRADA	SAÍDA	Nº ALUNOS	%
8 2 / 1	4 0	1 8	2 2	5 5 , 0 0 %
8 2 / 2	—	—	*	*
8 3 / 1	4 0	2 2	1 8	4 5 , 0 0 %
8 3 / 2	—	—	*	*
8 4 / 1	4 0	2 2	1 8	4 5 , 0 0 %
8 4 / 2	—	—	*	*
8 5 / 1	4 0	3 1	9	2 2 , 5 0 %
8 5 / 2	—	—	*	*
8 6 / 1	4 0	2 7	1 3	3 2 , 5 0 %
8 6 / 2	*	5	*	*
8 7 / 1	4 0	1 3	2 7	6 7 , 5 0 %
8 7 / 2	*	3	*	*
8 8 / 1	4 0	5	3 5	8 7 , 5 0 %
8 8 / 2	—	—	*	*
8 9 / 1	4 0	1 7	2 3	5 7 , 5 0 %
8 9 / 2	—	—	*	*

— ausência de vestibular

* ausência de dados

Tabela 16: Percentual geral de evasão dos períodos pesquisados: 82/1 a 89/2

RESUMO	QTDE.	%
INICIARAM	320	100,00
FORMARAM	155	48,44
EVASOES	165	51,56

Curso: Pedagogia diurno.

Através da pesquisa verificou-se que dos 350 alunos que iniciaram o curso dentro do período de interesse, 164 se formaram e 186, mais de 50%, evadiram. (ver Tabela 19).

Curso de Pedagogia Diurno

Tabela 17: Fluxo acadêmico no período 1982/1992

ANO/ SEMESTRE	PERÍODOS						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
82/1	40						
82/2	—	31					
83/1	40	—	30				
83/2	—	33	—	31			
84/1	45	—	25	—	27		
84/2	—	38	—	25	—	24	
85/1	45	—	32	—	22	—	26
85/2	—	34	—	30	—	21	—
86/1	45	—	29	27	27	—	18
86/2	—	40	—	18	1	2	—
87/1	45	—	33	—	18	1	21
87/2	—	38	—	29	—	14	1
88/1	45	—	23	—	23	—	13
88/2	—	36	—	16	—	19	—
89/1	45	—	32	—	15	—	19
89/2	—	42	—	34	—	13	—
90/1	—	—	33	—	30	—	14
90/2	—	—	—	32	—	28	—
91/1	—	—	—	—	30	—	28
91/2	—	—	—	—	—	26	—
92/1	—	—	—	—	—	—	25
92/2	—	—	—	—	—	—	—

Tabela 18: Percentual de Evasão do Curso de Pedagogia Diurno

PERÍODOS	P E D A G O G I A (D)		E V A S Ã O	
	ENTRADA	SAÍDA	Nº ALUNOS	%
8 2 / 1	4 0	2 6	1 4	3 5 , 0 0 %
8 2 / 2	—	—	*	*
8 3 / 1	4 0	1 8	2 2	5 5 , 0 0 %
8 3 / 2	—	—	*	*
8 4 / 1	4 5	2 1	2 4	5 3 , 3 3 %
8 4 / 2	*	1	*	*
8 5 / 1	4 5	1 3	3 2	7 1 , 1 1 %
8 5 / 2	—	—	*	*
8 6 / 1	4 5	1 9	2 6	5 7 , 7 8 %
8 6 / 2	—	—	*	*
8 7 / 1	4 5	1 4	3 1	6 8 , 8 9 %
8 7 / 2	—	—	*	*
8 8 / 1	4 5	2 8	1 7	3 7 , 7 8 %
8 8 / 2	—	—	*	*
8 9 / 1	4 5	2 5	2 0	4 4 , 4 4 %
8 9 / 2	—	—	*	*

— ausência de vestibular * ausência de dados

Tabela 19: Percentual geral de evasão dos períodos pesquisados: 82/1 a 89/2

RESUMO	QTDE.	%
INICIARAM	350	100,00
FORMARAM	164	46,86
EVASOES	186	53,14

Curso: Pedagogia Noturno.

Nesse curso tivemos no período pesquisado, 651 alunos ingressantes, dos quais 436 (66,97%) se formaram e 215 (33,03%) evadiram. (ver Tabela 22).

Dos cursos pesquisados este foi o que apresentou o maior número de ingressantes por período, por ter apresentado 2 períodos com 90 alunos iniciantes.

É importante notar que muito embora esse tenha sido o curso com maior número de alunos que iniciaram, foi justamente o curso com menor evasão, apenas 33,03%, tendo havido período com evasão nula. (ver Tabela 21).

Ao se comparar esse curso com o turno Diurno verifica-se que para o mesmo curso o turno influencia no número de evasão, uma vez que no turno diurno a maioria evadiu enquanto que no turno noturno a maioria chegou a se formar

Curso de Pedagogia Noturno

Tabela 20: Fluxo acadêmico no período 1982/1989

ANO/ SEMESTRE	PERÍODOS						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
82/1	90						
82/2	—	80					
83/1	90	—	74				
83/2	—	77	—	68			
84/1	45	—	72	—	63		
84/2	40	39	—	66	—	60	
85/1	45	31	31	—	66	—	59
85/2	40	44	31	34	—	65	—
86/1	45	33	42	27	33	—	69
86/2	41	38	25	45	21	32	—
87/1	45	37	35	24	43	23	34
87/2	40	39	23	39	23	45	20
88/1	45	31	43	21	38	23	44
88/2	40	47	26	41	19	43	21
89/1	45	38	45	21	38	18	45
89/2	40	40	30	38	19	39	17
90/1	—	30	38	23	37	17	38
90/2	—	—	28	33	23	33	18
91/1	—	—	—	27	32	22	33
91/2	—	—	—	—	27	36	11
92/1	—	—	—	—	—	—	27
92/2	—	—	—	—	—	—	—

Tabela 21: Percentual de Evasão do Curso de Pedagogia Noturno

PERÍODOS	P E D A G O G I A (N)		E V A S Ã O	
	ENTRADA	SAÍDA	Nº ALUNOS	%
8 2 / 1	9 0	5 9	3 1	3 4 , 4 4 %
8 2 / 2	—	—	*	*
8 3 / 1	9 0	6 9	2 1	2 3 , 3 3 %
8 3 / 2	—	—	*	*
8 4 / 1	4 5	3 4	1 1	2 4 , 4 4 %
8 4 / 2	4 0	2 0	2 0	5 0 , 0 0 %
8 5 / 1	4 5	4 4	1	2 , 2 2 %
8 5 / 2	4 0	2 1	1 9	4 7 , 5 0 %
8 6 / 1	4 5	4 5	0	0 , 0 0 %
8 6 / 2	4 1	1 7	2 4	5 8 , 5 4 %
8 7 / 1	4 5	3 8	7	1 5 , 5 6 %
8 7 / 2	4 0	1 8	2 2	5 5 , 0 0 %
8 8 / 1	4 5	3 3	1 2	2 6 , 6 7 %
8 8 / 2	4 0	1 1	2 9	7 2 , 5 0 %
8 9 / 1	4 5	2 7	1 8	4 0 , 0 0 %
8 9 / 2	4 0	*	*	*

— ausência de vestibular * ausência de dados

Tabela 22: Percentual geral de evasão dos períodos pesquisados: 82/1 a 89/2

RESUMO	QTDE.	%
INICIARAM	651	100,00
FORMARAM	436	66,97
EVASOES	215	33,03

3.3. RESUMO

Ao analisar a evasão na UEPG chegamos aos seguintes resultados:

No período pesquisado de 1982/1989, 2719 alunos iniciaram determinado curso, 1389 alunos se formaram (51,06%) e 1330 (48,92%) evadiram. (ver Tabela 23).

Notamos que houve uma variação considerável no número de evasão entre os cursos/semestres, sendo que a maior evasão apresentada foi de 44 alunos e a menor 0 alunos (o que só foi registrado em uma ocorrência).

Ao se analisar essa evasão associada ao curso percebemos que houve semestre em que 93% dos alunos evadiram, sendo que os percentuais de evasão mais freqüentes esteve entre 67,3% e 80,3%.

Isso demonstra que, muito embora a evasão média tenha sido de 48,92%, ao analisarmos os cursos isoladamente o índice de evasão em alguns, passa a ser bem superior a média.

Constatou-se ainda, que a evasão nos turnos diurnos e integrais, é normalmente superior a 50%, enquanto que a maioria dos cursos com evasão até 50% pertencem ao turno noturno, sendo que todos os cursos que dispunham de dois turnos apresentaram evasão maior no turno diurno.

Tabela 23: Percentual Geral da Evasão dos Cursos pesquisados: 82/1 a 89/2

RESUMO	QTDE.	%
INICIARAM	2719	100,00
FORMARAM	1389	51,08
EVASOES	1330	48,92

Com os levantamentos de dados feitos entre os anos de 1982 a 1989, fica configurado não somente os altos percentuais de evasão existentes nas Licenciaturas da UEPG, como também a falta de organização e a falta de preocupação com os dados de entrada e saída dos alunos, levando a considerar que a evasão tem sido tratada com descaso na UEPG.

Como não nos bastasse somente a constatação dos altos percentuais de evasão nas Licenciaturas, resolvemos ir além, nos aprofundar mais nessa questão, buscando pesquisar se existia a desconsideração pelo setor administrativo institucional em relação ao problema da evasão, caracterizando, no nosso entender,

uma situação crítica, passível de sérias preocupações. É sobre esta ótica, que desenvolveremos o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4: A PESQUISA E SUA ANÁLISE.

4.1 Introdução

O levantamento estatístico realizado no capítulo anterior, possibilitou demonstrar em termos quantitativos, o índice de evasão das várias Licenciaturas, como também proporcionou evidências para suportar a necessidade de uma investigação mais aprofundada em relação ao posicionamento administrativo frente aos dados levantados.

Embora importantes, estes dados quantitativos são um pouco superficiais e precisam ser suplementados por detalhes contextuais que somente poderiam ser conseguidos através de técnicas qualitativas.

Na tentativa de aprofundar a questão do posicionamento da comunidade administrativa com relação a evasão, optamos por uma abordagem centrada no paradigma interpretativo. Esta abordagem tem como objetivo central entender a dimensão subjetiva da experiência humana, e segundo BURREL e MORGAN citado por MOREIRA (1994:125), “o paradigma interpretativo procura entender o mundo como ele é, entender a natureza fundamental do mundo social ao nível da experiência subjetiva”.

Portanto, o objetivo desta fase da pesquisa foi, utilizando o que os números nos disseram até agora, ouvir e analisar o que o entrevistado tem a dizer, através do conteúdo dos seus discursos, sobre a questão da evasão nas nossas Licenciaturas.

Através da análise do conteúdo das entrevistas, procuramos, ao interpretar as mensagens e argumentações dos entrevistados, saber até que ponto os mesmos percebem a evasão e estão envolvidos na solução deste problema, procurando caracterizar o posicionamento da administração da UEPG em relação ao fenômeno evasão.

4.2 Metodologia e Procedimentos

Os dados para análise foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas com 15 professores, sendo 5 professores na primeira fase e 10 professores na fase seguinte, que ocupam cargos e funções administrativas na UEPG.

Fizemos a opção de entrevistar somente um dos segmentos existentes na UEPG, o setor administrativo, em primeiro lugar para delimitarmos mais o campo da pesquisa e em segundo lugar por acreditarmos que reside neste segmento a mola propulsora de tomadas de decisões, análises aprofundadas, propostas e ações efetivas.

É a administração universitária que, pela própria estrutura organizacional e legal, possui os instrumentos de luta para as transformações que se fazem necessárias. Afinal, os elementos ligados diretamente à educação, principalmente aqueles que ocupam cargos e funções que lhes possibilitem interferir e transformar oficialmente determinadas situações, são co-responsáveis no processo de melhoria da qualidade da instituição onde trabalham, bem como elementos essenciais na formação e realização profissional dos seus alunos.

A preocupação nesta fase, era a de utilizar um instrumento metodológico que nos propiciasse abranger os tópicos que nos interessavam, de forma livre, sem pressões nem direcionamentos de ambas as partes e que nos possibilitasse um referencial para posterior leitura e análise que se traduzisse no des-velar do como a questão da evasão está sendo tratada e demonstrasse o posicionamento com que este fenômeno é objeto por parte do setor administrativo da UEPG.

Daí termos optado pela entrevista semi-estruturada que, por não ser fechada em si mesma, propiciou maior flexibilidade na obtenção das informações de ambas as partes sem no entanto perder a linha condutora e essencial da entrevista bem como possibilitou ao entrevistado, uma maior liberdade para esclarecer qualquer tipo de dúvida.

Esta técnica de coleta de dados permitiu o diálogo como instrumento de construção de conhecimentos e não como relação formalizada entre sujeito e objeto. O diálogo significou para nós, entrar no processo, adquirir familiaridade, ser

o que Pedro Demo chama de ator do processo, sentindo a empreitada como nossa também. Somente assim vai emergir o depoimento, a proposta, a reivindicação.

Nos resultados de uma pesquisa qualitativa o que menos se produz são papéis em forma de fichas ou registros outros comumente usados em pesquisas quantitativas. O que tem o peso maior no resultado são os depoimentos, os testemunhos validados pelos próprios depoentes ou entrevistados nas leituras subsequentes às suas entrevistas, a implicação histórico concreta de vida das pessoas, o caráter do depoimento dos participantes naquilo que têm de compromisso político.

Não fugimos às formalizações, pois elas são passos normais do tratamento científico, só que não como finalidade mas como um passo metodológico. Na verdade o que objetivamos, foi chegar aos conteúdos históricos, discutí-los, compreendê-los, criticá-los.

A preocupação inicial não era impor questões externas da pesquisadora sobre a situação, mas sim buscar os significados subjetivos atribuídos pelos professores administradores envolvidos.

Para ganhar acesso à esta dimensão subjetiva e buscar subsídios no próprio eixo temático, foram realizadas 5 entrevistas piloto (ver anexo 1) com algumas questões norteadoras para assegurar uma cobertura comum a todos os participantes.

O tempo de cada entrevista piloto durou em média de 20 a 30 minutos. As respostas dos participantes do estudo piloto foram analisadas separadamente e serviram de base para a modificação de algumas questões e também o acréscimo de perguntas com a finalidade de torná-las mais abrangentes, agora sim, a partir da perspectiva dos participantes. Das 5 questões iniciais da entrevista piloto, passamos para 10 questões (ver anexo 2).

A seleção da amostra para a segunda fase de entrevistas foi feita seguindo os critérios estabelecidos pela abordagem interpretativa, isto é, amostra intencional. Este tipo de amostragem, ao contrário das amostragens aleatórias, vai de encontro aos objetivos e as restrições do projeto, procurando selecionar os participantes que possam contribuir mais com suas informações.

Os participantes desta fase do estudo, foram 10 professores exercendo cargos e funções administrativas, 7 homens e 3 mulheres, com uma média de 15 anos de trabalho efetivo na instituição.

Todos os participantes foram contatados pessoalmente e todos concordaram em participar do estudo espontaneamente. O local foi definido pelo próprio entrevistado para que este se sentisse mais à vontade e com privacidade para suas colocações. Todas as entrevistas foram realizadas no próprio ambiente físico da instituição e no início de todas elas foram explicitados os objetivos da pesquisa bem como a questão do anonimato dos participantes, o que com certeza propiciou maior liberdade e espontaneidade aos respondentes.

A duração de cada entrevista variou de entrevistado para entrevistado dependendo do interesse de cada um pelo assunto. As entrevistas duraram em média 30 minutos, sendo que três entrevistas ultrapassaram os 60 minutos. A entrevistadora era livre para fazer perguntas em qualquer ordem de modo a sustentar um fluxo de conversação com o entrevistado.

As entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente. Optamos pelo uso do gravador por considerarmos um dos modos mais precisos de reproduzir respostas. Em nenhum momento houve rejeição à utilização do mesmo.

Ao término de cada gravação, era feita a transcrição literal da entrevista que era levada novamente ao entrevistado para ser lida por ele e para que se fizessem algumas modificações ou inserções que julgassem necessárias como forma de validação dos dados.

Esta forma de validação é amplamente aceita por vários autores (HITCHCOCK e HUGHES, 1989; SPARKES, 1992, GUBA e LINCOLN, 1994) pois ela oferece aos participantes a oportunidade de checar e identificar os potenciais erros nos dados que foram coletados.

O número de entrevistas só foi determinado à posteriori, no decorrer das mesmas, quando as respostas passaram a frisar pontos comuns, sem muita inovação e quando já tínhamos elementos suficientes para analisar o conteúdo dos seus discursos e conseqüentemente criar categorias.

Dado o número de pessoas entrevistadas e das horas de conversação, tivemos que fazer escolhas estratégicas sobre a maneira pela qual os dados seriam

apresentados. Tais dilemas de representação são inerentes à todas as formas de investigação interpretativa (SPARKES,1992), mas são cristalizadas neste estudo, que retira de visões divergentes, interesses, recursos de poder e realidades mutáveis dos participantes, através de categorias que surgiram das entrevistas e baseadas nos dados.

O que se segue são algumas das maneiras pelas quais os professores administradores articulam suas visões do fenômeno da evasão nas Licenciaturas da UEPG.

4.3. Resultados.

Nesta fase, optamos por analisar os dados como um todo e somente após propusemos categorias. Neste momento procuramos ter grande familiaridade com os dados obtidos antes de tentar desenvolver qualquer tipo de análise sistemática, procurando ler o material várias vezes e escutar a fita gravada juntamente com a leitura do material escrito.

Nós procuramos nos mover constantemente em torno e entre os dados contidos nas entrevistas e então voltamos a analisar, sintetizar e formular o que já foi encontrado, obtendo desta forma mais evidências, exemplos ou esclarecimentos que nos possibilitaram a elaboração de categorias que desenvolveremos a seguir:

- Raízes históricas.

Todos os processos e instituições sociais se encontram num contínuo vir a ser, num processo constante de transformações. Nada surge pronto e acabado. Nesta linha de raciocínio, falar de universidade hoje, é falar também da universidade de ontem, com problemáticas comuns entre si que persistem no tempo e no espaço numa mão única de culpas e vãs promessas.

Desde o início do nosso trabalho, procuramos demonstrar ser a universidade brasileira uma instituição quase sempre fadada ao corporativismo, à manipulação de interesses estranhos aos de sua comunidade, de desgastes e dificuldades.

Muitos dos problemas das atuais universidades brasileiras, têm suas origens no tratamento que a educação brasileira tem recebido como em todo e em especial a educação universitária.

Claro que seria ingenuidade atribuir todo o ônus dos problemas educacionais só às universidades brasileiras, pois afinal ela faz parte do social maior no qual está inserida, sofrendo todas as influências, pressões, políticas e ideologias do contexto onde está inserida. No entanto, o que se deve ter bem claro é que esta situação não esgota a realidade universitária brasileira pois dialéticamente ela não só é influenciada como também influencia, não só é mantenedora de determinadas situações como também e principalmente, instrumento de transformação. É aí que reside sua grande força e nossa esperança.

Se nós fizermos uma análise histórica da criação e desenvolvimento das universidades brasileiras, veremos que nós muitas vezes nos esquecemos que, ao descobrir o Brasil, nossos colonizadores não pretenderam lançar nas regiões do novo mundo os fundamentos de uma nação independente com estrutura política e administrativa que propiciasse ulteriormente a sua emancipação. Sua preocupação exclusiva era a de explorar riquezas da terra conquistada, remetendo para a metrópole o fruto desta exploração. Sobre este ponto, o entrevistado nº11, nos disse que:

Esta questão da colonização portuguesa justifica o nosso atraso cultural e social, motivando a falta de tradição do curso superior. Veja que o Brasil foi descoberto em 1500 e sua primeira universidade foi a Universidade Federal do Paraná, quando na América Central existiu 4 séculos antes. Então, nós não temos berço cultural. Eu acho que isso reflete e muito a nossa situação atual das universidades.

São colocações sérias mas que traduzem fatores preocupantes quanto a educação em geral e a universidade em especial, objeto de críticas constantes. Corroborando com esta afirmativa, o entrevistado nº13 nos diz;

Que as raízes dos problemas educacionais têm que ser buscado historicamente na própria estrutura da sociedade brasileira, na sua evolução, nas camadas que tem conduzido o país, nas políticas educacionais que tem sido adotadas. Nós podemos observar no Brasil, que

as políticas sociais liberais em geral, e eu considero a política educacional como uma modalidade da política social, elas são traçadas de acordo com a visão de uma classe, de uma elite, de uma burocracia que está no poder e nem sempre eles beneficiam as classes menos favorecidas. ... embora se diga que a educação é democrática e que ela está aberta para todos, os menos favorecidos passam, passaram e continuam passando por um processo da exclusão dos mais acentuados.

Então a gente nota por exemplo, se nós tomarmos a partir de 1964, no governo militar, este expandiu consideravelmente o ensino de 1º grau, criou o MOBRAL, expandiu o ensino superior, incentivou e estimulou a pós-graduação stritu senso.

Então, aparentemente ele fez muito pela educação, todavia, uma análise mais detalhada de todo este período histórico, revela que este governo sempre teve um pacto com a classe média e não com as classes menos favorecidas da população.

Tanto é verdade, que também se beneficiando das políticas sociais, vemos muito mais a classe média que as classes menos favorecidas.

Embora se diga que a educação é democrática e que ela está aberta para todos, os menos favorecidos passam, passaram e continuam passando por um processo de exclusão dos mais acentuados.

Sabemos que os problemas que a UEPG enfrentou e enfrenta desde a sua criação até os dias de hoje, não é um privilégio só seu. São muitas as universidades brasileiras e estrangeiras que enfrentam crises sucessivas muitas das quais de difícil solução, talvez pelo fato das mesmas não terem sido objeto de preocupação desde as suas origens por parte dos responsáveis, que num processo de alienação, nem tomam conhecimento do que se passe em sua própria instituição, agravando ainda mais os problemas já existentes.

É o que afirmou o entrevistado nº 12 ao dizer que os problemas da UEPG vem de longa data, alicerçados sobre o descomprometimento e o corporativismo entranhado na mesma.

Segundo ele, "nós todos sabemos, eu, você, o departamento, o Colegiado, que as coisas não estão bem; sabemos que temos que fazer diferente e até sabemos o como fazer mas não fazemos porque isto exige mudança pessoal, mudança departamental, então nós nos enclausuramos, nos defendemos" E continua.."nós professores, infelizmente somos muito corporativistas; nós fazemos as reformulações curriculares, fazemos novos planos, mas no fundo nós olhamos

mais para dentro de nós para atender as nossas necessidades do que as necessidades da sociedade” .

Isto faz com que muitas vezes nós nem tenhamos conhecimento do que se passa em nossa própria instituição, agravando ainda mais os problemas já existentes. É este o ponto que desenvolveremos a seguir.

Desconhecimento do quadro real da evasão.

Historicamente sabemos que a crise tem seu aspecto importante e até mesmo necessário, pois nos leva a rever, repensar, analisar, propor alternativas e soluções, mas é importante que a mesma esteja dentro de certos parâmetros passíveis ainda de soluções. A crise pela qual passa a nossa instituição superior pontagrossense, já extrapolou o que se pode considerar de normal quando se fala em evasão discente, necessitando urgentemente de iniciativas efetivas e concretas para se tentar ao menos minimizar o problema da evasão.

O desafio a ser enfrentado pela UEPG está longe de uma situação no mínimo satisfatória neste sentido, pois nem ao menos os percentuais reais da evasão nas Licenciaturas entre os anos de 1982 a 1988, (que foi objeto de nosso capítulo anterior) a PROGRAD possuía. Tivemos que fazer este levantamento, coletando os dados que necessitávamos, nos surpreendendo com o descomprometimento da instituição em relação aos registros oficiais.

É uma crise séria pois o fenômeno da evasão em índices que chegam à 70%, 90% em alguns cursos das nossa licenciaturas está muito longe do que o Ministério de Educação considera normal que são 20% de evasão.

É um momento preocupante este que a UEPG está passando, pois apesar deste fenômeno existir há muitos anos como já foi demonstrado no capítulo anterior, o fenômeno da evasão persiste de tal forma que na nossa opinião a Universidade pode vir a perder sua identidade, seu papel social e até mesmo a sua razão de existir pois uma universidade sem alunos, descaracteriza sua razão de existência.

E o agravante maior no que diz respeito à este fenômeno da evasão é que a quase totalidade dos entrevistados desconhece os índices reais da evasão existente na sua instituição nos cursos de Licenciatura e o mais significativo é que todos os

nossos entrevistados pertencem ao setor administrativo, o que por si só, sugere o pressuposto de que deveriam conhecer a realidade em que atuam, pois afinal são eles os detentores das decisões administrativas oficiais para as transformações necessárias.

Afirmam saber que os índices são altos mas são afirmativas hipotéticas pois não se traduzem em dados oficiais. Assim por ex., o entrevistado nº9, disse que “não saberia dizer com precisão porque não trabalha com esta parte, mas tem ouvido falar que a evasão chega a 50% ou mais do que isso em alguns cursos”.

Com outras palavras mas com o mesmo sentido, o entrevistado nº 6 nos afirmou,

Não ter dados concretos; sabemos que o percentual é alto, mas dados concretos não temos. O que se sabe é que o turno vespertino nunca agrada ao aluno que na metade do 1º, 2º ano, começam a pedir transferência para o turno noturno que fica com turmas enormes em contraste com o turno de origem. Muitas vezes eles freqüentam ilegalmente o outro turno, sem constar seu nome na nova lista de chamada, mantendo-o na turma que ele entrou no início. Isto dificulta e muito saber dos índices reais de evasão.

Aparentemente sinceros em suas colocações, a quase totalidade dos entrevistados afirma o seu desconhecimento do problema em questão, mesmo alguns deles lecionando nos próprios cursos onde os índices de evasão são muito altos. É o caso do entrevistado nº5, que ao ser questionado a respeito dos índices de evasão, nos responde que ..”estou conhecendo agora porque você está me colocando. Realmente eu desconheço e se isso realmente ocorreu ou está ocorrendo a instituição com certeza deve estar preocupada.

É interessante como se delega à instituição a responsabilidade do problema, como se a mesma fosse uma entidade independente da atuação e participação dos homens, como se nós não fôssemos a própria instituição.

Ainda corroborando com a nossa afirmativa que a maioria dos entrevistados desconhece os índices reais de evasão, o entrevistado nº3 nos diz que:

Baseado em alguns estudos mostrados e demonstrados em algumas palestras que assisti em estudos sobre as Licenciaturas em alguns seminários regionais, existem algumas evidências de que a evasão seja

bastante grande. Embora, no curso de Educação Física, nós tenhamos elaborado nos últimos 4 meses, tabelas estatísticas que nos levaram ao conhecimento de que gira em média, em torno de 40% a evasão nos últimos 4 anos de curso.

Interessante é entrevistar alguém que, além de responder secamente como se o assunto não lhe dissesse respeito, ainda o faz de forma lacônica como por ex. o entrevistado nº4 “ Não, eu não tenho nenhuma idéia”. Existem também aqueles que além de desconhecer os índices ainda se surpreendem como por ex, o entrevistado nº1 que respondeu “ Os índices exatos assim, eu não tenho. Realmente eu não sabia. É um dado que causa uma certa surpresa para a gente e daí a gente fica colocando alguns questionamentos do porque disso?”

Realmente a situação é séria. A cada entrevista se confirmou a hipótese de que a UEPG está voltada muito mais para outros problemas que não o da evasão. E se ela assim age, como se esperar ações efetivas sobre esta questão?

Há quem tenha se culpado por desconhecer a realidade da evasão na sua instituição como o entrevistado nº2 que nos disse;

Eu não tenho dados oficiais emitidos pela própria instituição, o que corresponde à uma falha muito grande. Era preciso que nós conhecêssemos com exatidão o percentual desta evasão. Na medida em que o aluno entra na universidade, se nós o acompanhássemos em todos os períodos até o final do curso, eu tenho a impressão que a gente poderá, com estes dados, levantar o número exato da evasão.

Entre os poucos que afirmaram ter idéia dos índices de evasão, assim mesmo ficaram longe do quadro real como por exemplo, o entrevistado nº10: “A gente tem como ponto de evasão regular aqui na instituição mais ou menos 12% de média considerando todos os cursos. Pelas estatísticas que nós apresentamos ao ministério, ele mesmo nos fez ver que a média era de 12%”.

Se a quase totalidade dos entrevistados assumiram sua ignorância em relação aos dados reais da evasão nas Licenciaturas da sua própria instituição, como justificar esse fato? Talvez uma das respostas esteja contida na categoria desenvolvida a seguir.

Inexistência de uma política em relação à evasão.

A política é inerente ao homem, principalmente no que se refere à sua postura frente ao mundo e conseqüentemente à sua atuação no mesmo. Se ela permeia toda a atividade humana, torna-se mais importante ainda quando se trata de embasar instituições que objetivam formar profissionais, orientá-los, capacitá-los ao mercado de trabalho, propiciando melhoria da qualidade de vida. individual e social e a transformação do contexto em que se situa..

Vimos desde o início de nosso trabalho, conforme a revisão da literatura no capítulo 1, que infelizmente as universidades brasileiras em sua maioria, demonstraram não se importarem em definir filosofias, metas, objetivos que lhes dessem sustentação no seu processo de desenvolvimento em favor do homem e da sociedade.

Muitas vezes, mesclada por uma gama de ideologias distintas e interesses outros que não a da transformação e melhoria da sociedade como um todo, objetivo para a qual foi criada, pareceu sempre carecer de princípios filosóficos, de políticas sociais que extrapolassem interesses de grupos hegemônicos e de determinadas classes sociais.

Aliás, quanto à este ponto, o entrevistado nº13, nos diz que “o governo sempre teve um pacto com a classe média e não com as classes menos favorecidas da população. Tanto é verdade que historicamente, também se beneficiando das políticas sociais, vemos muito mais a classe média do que as classes menos favorecidas”.

Também na UEPG, na prática e não na teoria, inexistente uma filosofia geral, uma política que a caracterize como uma instituição autônoma de idéias, normas e procedimentos. Sem uma política universitária, fica muito mais difícil se resolver problemas, questões pendentes, pois não há vontade, não há força, não há determinação. Parece que tudo fica ao acaso, ao destino e à boa vontade de alguns guerreiros. A evasão nos índices encontrados na UEPG é um problema muito sério, que não pode ficar à mercê só da boa vontade e de meras sugestões.

Corroborando com a afirmativa da inexistência de uma política universitária sobre a questão da evasão, o entrevistado nº9 se coloca da seguinte maneira a respeito desta questão;

Para ser bem sincero, eu não conheço nenhuma política que tenha sido feita em termos de evasão. Eu desconheço alguma coisa neste sentido. Procuramos incentivar o aluno para que ele seja um bom aluno e leve o seu curso adiante, mostramos as vantagens do curso, mas mesmo assim nós temos uma evasão bastante grande e eu não conheço outros mecanismos que a instituição esteja fazendo para resolver este problema.

Da mesma forma, perguntado sobre qual a filosofia que embasa a questão da evasão, o entrevistado nº 6 nos disse inexistir tal filosofia, pois segundo ele, não está havendo uma preocupação com a evasão por parte do setor administrativo.

Institucionalmente não há esta preocupação. Eu acho, por exemplo, que o CAOE (Centro de apoio e orientação ao estudante), faz sua parte na medida em que ele assiste ao aluno, arranja emprego, colaborando assim para que o aluno permaneça na instituição. Na medida que ele cadastra pessoas carentes, ele colabora paliativamente com a permanência do aluno. Mas, eu não vejo uma política institucional definida sobre o problema da evasão.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio da importância de existir uma filosofia que norteie a instituição como um todo, possibilitando o desvelar das deficiências e o investimento em linhas diretrizes básicas e fundamentais para o melhor desempenho das instituições, o entrevistado nº12 nos disse que: ..."nós não podemos falar em política universitária; cada departamento tem a sua política, mas eu penso que você falou bem, falou num ponto chave: política universitária. Uma política geral e por conta desta política caminharíamos todos não como vaquinhas de presépio, mas seguir uma linha, como uma linha de pesquisa".

Se, de acordo com a maior parte dos entrevistados, inexistente uma política universitária sobre a questão da evasão, inexistente uma filosofia administrativa que permeie a instituição com um todo, há alguns poucos que atuam isoladamente,

afirmando a existência destes processos e a sua participação nos mesmos. É o caso do entrevistado nº13 que nos disse:

Eu acho que a melhor forma de enfrentar a evasão, é batalhar pela qualidade dos cursos de graduação e pela qualificação do corpo docente universitário. E nesse sentido, a política da universidade tem sido bastante produtiva pois nós estamos investindo muito na qualificação à nível de mestrado e doutorado.” ...” Também temos feito um trabalho da análise de melhoria do currículo de graduação”, e mais..” temos também trabalhado no sentido de aumentar os campos de estágio discente em empresas.

Fazendo parte desta minoria que afirma existir mecanismos da instituição em relação à evasão, encontramos o entrevistado nº1 que nos disse, estar a universidade preocupada com esta questão , “sobretudo se a gente for olhar os vários setores de conhecimento da nossa instituição, onde o setor de Humanas é um setor que sempre se preocupou com mais ênfase sobre esta questão, sobretudo pelas promoções que faz, pelos cursos de Especializações, pelo curso de Mestrado, enfim a vontade de reverter este quadro’.

Apesar de existirem iniciativas como as acima citadas pelo entrevistado em questão, que sem dúvida podem colaborar com a minimização do problema da evasão, são no entanto iniciativas isoladas, de alguns setores, que não se traduzem numa filosofia geral e abrangente de toda a instituição sobre esta questão.

No entanto, o otimismo faz parte da natureza humana e um exemplo desse otimismo em relação às futuras políticas universitárias (note-se que ele falou futuras e não presentes) se fez sentir com o entrevistado nº10 ao afirmar que;

A Universidade com a criação do projeto de avaliação institucional está tentando tocar na âmago da questão. Eu vejo assim; tão logo a comissão do projeto de avaliação institucional esteja devidamente implantado, automaticamente vai tratar do problema da evasão, onde verão as causas e as soluções a serem feitas. A universidade tem criada a comissão mas eu não sei como é que está o ponto sobre a evasão.

Será que esta forma de otimismo que se baseia em possibilidades e ideais futuros não corre o risco de se diluir no processo massificante do corporativismo e de interesses outros da instituição, sem se efetivar em ações efetivas?

Os “culpados” pelo problema da evasão

Todos sabemos que se existe um problema tem que haver a origem deste problema, mas de quem é a culpa no processo de evasão? Da Universidade? Da sociedade? À quem cabe a parcela maior de omissão quando o tema é evasão?

Sabemos que as respostas não são tão simples assim, delegando à um ou à outro as causas dos problemas. Há todo um permear de variáveis e circunstâncias que perpassam a sociedade como um todo, influenciando em todo o processo humano e social. Daí ter o entrevistado nº 11, afirmado que:

São muitos os componentes desta culpa; o país tem culpa, o poder econômico tem culpa, todos nós somos culpados. A culpa é do passado, a culpa é de quem não se preocupou em dar cultura. A culpa é de Portugal também, não só do Brasil, por não permitir que nós tivéssemos cursos de nível superior; as elites iam estudar na Europa. Então, é a falta do poder aquisitivo, o salário mínimo atual, pois nunca foi tão baixo o poder de compra quanto agora, a concentração de renda na mão de poucos. São muitos os componentes. A evasão para mim, é um problema econômico; hoje não se tem mais a classe média, ou se é rico ou pobre.

Inquirido sobre esta questão de quem teria a responsabilidade maior por esta situação, o entrevistado nº 6, “Acha que a sociedade tem uma implicação direta com a questão da evasão na medida em que os alunos não têm condições de sobreviver enquanto estudantes trabalhadores, o que é o caso da UEPG.”

Esta é uma questão séria, muito comum entre os estudantes, principalmente pela necessidade da sobrevivência, e de difícil solução, pois muitas vezes, não há como adequar o horário do trabalho com o horário das aulas.

É interessante observar como existe a tendência ingênua ou talvez proposital de atribuir a culpa ao indivíduo, ao aluno, eximindo-se de qualquer parcela da mesma como se ele também não fosse responsável pela formação dos futuros

profissionais do ensino de 1º e 2º graus. Um exemplo disso é o que nos disse o entrevistado nº9;

Acredita que o problema é da própria educação. Nós vemos que grande parte dos alunos chega à Universidade sem a base necessária para cursar um ensino superior e ele acaba desistindo. Também o fato do aluno chegar muito cedo à Universidade ou prestar um vestibular sem ter bem definido o curso de sua preferência ou por orientação de terceiros, faz com que o aluno se desestimule e desista de continuar os estudos. O aluno é muito indeciso; esta experiência nós tivemos quando presidente da comissão central de vestibulares. Muitos alunos chegavam no último dia para fazer sua inscrição no vestibular, sem nenhuma reflexão e responsabilidade. Muitos escolhiam o curso com o menor número de candidatos inscritos, e tudo isso, é causa da evasão lá na frente.

Há quem diga também, como o entrevistado nº 8, que a culpa é de todos nós, enquanto não enxergamos o processo como um processo global.

Nós estamos dentro de uma Universidade onde diversos cursos de Licenciatura, com raras exceções, não sabem sequer o que quer formar. Não se tem definição do profissional que se quer em função desta sociedade que está aí fora". ... "culpados somos todos nós professores que não paramos para pensar; o aluno pensa o curso, sofre o curso". ... " nós vemos que a evasão está ocorrendo pela má qualidade das aulas, com a falta excessiva dos professores, por horários desvinculados, por aulas acumuladas nos sábados quando temos inúmeros alunos que trabalham neste dia". ... "em função do salário do professor nós temos visto um número muito grande de falta de docentes, um descaso total de alguns colegiados completamente inoperantes, chefias de departamento acéfalos, então o que é que se pode fazer para se resolver o problema da evasão quando o professor não quer? Que penalidade?"

Também o ponto de vista do entrevistado nº7 em relação a quem teria ou não culpa neste processo de evasão, fica registrado ao afirmar: "Sim , culpado deve existir; se existe o problema deve existir a fonte geradora deste problema. E a própria fonte geradora do problema é a própria sociedade porque este aluno que vem e se evade da universidade ele não é vocacionado para a universidade. É como o trabalho dos sem terra; dá terra para quem não tem vocação agrícola".

Há aqueles que se sentiram um tanto inseguros para determinar os culpados neste processo, mostrando-se reticentes, com aparente medo de ofender alguém ou se comprometer com determinadas afirmativas.

Não se pode negar que o espírito corporativista é muito forte em qualquer instituição que propicie cargos de confiança e benefícios pessoais. Foi o caso do entrevistado nº 5 ao nos afirmar:

Se é que alguém tem culpa, eu colocaria a culpa no colegiado de curso e no departamento porque eu acho que se existir o problema dentro da universidade, quem tem que velar pelos materiais, pelos equipamentos, pelos professores, é o departamento e o colegiado. Então, se existe um problema de evasão dentro da instituição, este problema fatalmente são professores, equipamentos e a qualidade de ensino, tirando a responsabilidade da administração sobre este ponto, o que não impede no entanto, da administração averiguar o porquê, de cobrar isso aí.

Existe também quem aparentemente não culpe ninguém, demonstrando no entanto uma certa incoerência nas suas afirmativas que acabam atribuindo a culpa ao Estado. É o caso do entrevistado nº10 que afirmou; "Não há culpados; o que existe é uma falta de conscientização para o problema. Eu acho que deveria partir primeiro da Secretaria de Ensino Superior de Ciência e Tecnologia. A coisa deveria vir de lá; as instituições tomarem peito das coisas."

Ele tem razão ao fazer esta afirmativa pois o Estado tem a sua parcela de culpa, e grande, pela omissão, descaso, ausência de políticas fortes e definidas para com as necessidades e prioridades do ensino superior principalmente das universidades estaduais.

O entrevistado nº 1, em relação a esta responsabilidade do Estado, nos disse que:

Até uns 15 anos atrás, a instituição brasileira tinha nome, mas hoje em dia, ela está caindo num descrédito diário. E, esta recuperação é necessária porque é fundamental formar recursos humanos. Quando o governo estadual, federal, fala em priorizar o ensino fundamental, eu acho isso uma aberração porque nós temos que priorizar a educação como um todo.

Quem forma os recursos humanos que vão atuar no 1º e 2º graus? É a instituição do ensino superior; então devemos priorizar o 1º, o 2º, o 3º, o 4º

graus, não como forma de privilégios, mas sem compartimentalizar. Eu acho um absurdo quando o governo coloca um grau de ensino como prioridade. É mais uma questão política do que outra coisa. De que adianta investir no 1º grau, se os recursos humanos para o mesmo vem do ensino superior. Vai continuar com a mesma falta de qualidade.

Fazendo uma análise sobre as implicações do Estado em relação às implicações decorrentes pelo seu descaso ao profissional do magistério, o entrevistado n 7, nos disse:

O ordenado a nível de Estado não tem acompanhado uma ascendência ou um recurso que dê a este elemento o status social de professor. Então, é um problema sério; você não pode esperar que um professor de 1º e 2º graus trabalhe por RS213,00 por mês. Ele até pode trabalhar mas se tiver família não dá. Não é que o governo tenha que fazer assistência social, mas o governo tem que estender o máximo possível a condição de melhoria da assistência social do cidadão, do profissional do magistério, sob pena dele perder todo o status na sociedade como professor e passar a ser entendido como um profissional de terceira categoria. Daí então, sem o status de professor, sem status de sala de aula, ele não vai poder produzir pois não tem recursos próprios. Não adquire livros, revistas, não participa de Encontros, de congressos e acaba involuindo. Ou ele vai trabalhar ganhando muito pouco e não vai produzir nada ou ele vai trabalhar muito para ganhar um pouco mais, pois ele não tem tempo de se promover. É uma correria da sala de aula para casa, da casa para a sala de aula.

Na verdade, apesar das “culpas” atribuídas à sociedade como um todo e ao Estado em especial, não se pode tirar a parcela que cabe às universidades e em específico à UEPG, que é o nosso objeto de estudo, no que toca à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e ao seu papel de instrumento de transformação social que deve visar o desenvolvimento e o progresso como um todo. Afinal, sua existência e manutenção só se justifica diante dos atendimento às necessidades sociais e ao desenvolvimento do homem. Segundo o entrevistado nº 7,

O papel da universidade fica muito a dever, porque a medida que é atendido o corporativismo nos departamentos e são atendidas as necessidades pessoais de cada professor, quem paga é o povo. A primeira coisa que a universidade tem que fazer, é melhorar a qualidade do próprio curso, cativando e levando o acadêmico a confiar no curso, a sentir orgulho dele. Despertar nele este interesse vem muito da própria instituição, da

qualidade que a instituição pode oferecer. O Brasil não tem condições ainda de pagar ou de formar grandes cientistas, grandes pesquisadores; tem que primeiro formar grandes mestres, porque o pesquisador nem sempre representa o feed back do ensino. Muitas vezes as pesquisas são tão aprofundadas e particularizadas que não representam nada. Representam um gasto muito grande para se chegar à um resultado muito pequeno. O que segura o aluno, é o professor à nível de sala de aula. A universidade, a grande universidade, é feita quando se fecham as portas das salas de aula e aquele professor representa a aspiração do aluno, cumpre honestamente com o seu dever e o aluno se sente recompensado porque aprendeu alguma coisa.

Interessante, que mesmo após ter sido mostrado durante a entrevista os altos índices de evasão nos cursos de licenciatura ao entrevistado nº 11, ele se manteve numa atitude de defesa, reacionária, respondendo que "...nós podemos encontrar esporadicamente um aluno descontente com determinados cursos por uma série de razões, mas a universidade não é culpada; são casos isolados".

Lembremos que os elementos entrevistados pertencem ao setor administrativo da UEPG, que oficialmente e hierarquicamente detém em suas mãos a força política necessária para as transformações e interferências que se fizerem necessárias para a melhoria qualitativa da instituição, bem como o dever moral e ético de conhecer à fundo os problemas para que se possa agir sobre eles.

Então, frente à comprovação dos altos índices de evasão, como se explica a afirmação de serem casos isolados, senão pelo desconhecimento da real situação e pela pouca importância atribuída à esse fenômeno

Se o problema existe e vem de longa data como já demonstramos anteriormente, com índices de evasão bastante preocupantes, o que é que o setor administrativo da nossa universidade efetivamente tem feito, não digo nem para solucionar, mas para minimizar este problema da evasão? Que atitudes estão sendo tomadas? Que ações estão sendo realizadas? É o que veremos a seguir.

O papel da instituição em relação à evasão.

Desde a nossa primeira entrevista, o descaso com que as pessoas ligadas a UEPG tratam do problema da evasão ficou patente. Falar de descaso significa falar sobre todas as outras categorias desenvolvidas anteriormente e muito mais.

Não foi fácil delatar, ainda mais quando se tratou de fazer um delato da própria instituição em que se trabalha. É no mínimo um trabalho desgastante e conflituoso porque requer despir-se de teus juízos de valores, dos preconceitos, de um certo corporativismo que quer queiramos ou não faz parte do nosso cotidiano profissional e principalmente desvelar aspectos negativos e omissões de grupos e pessoas com as quais convivemos diariamente.

Apesar das inquietações próprias do processo de desvelamento de uma realidade, as análises das entrevistas, de maneira geral, vieram corroborar com as expectativas que tínhamos, de que a nossa instituição está tratando do sério problema da evasão, com uma preocupação muito aquém da necessária. O descaso fica patente quando se obtém da grande maioria do entrevistados, a comprovação da ausência de iniciativas administrativas, de estudos mais aprofundados, de ações efetivas e específicas sobre o problema.

Foi no mínimo interessante a resposta obtida do entrevistado nº2 ao ser questionado a respeito do que a universidade tem efetivamente feito para tentar resolver a questão da evasão. Ele nos disse que...” na verdade se fala muito em conversas de corredor e conversa de corredor nunca deu certo e não vai suprir processos decisórios. O que precisa ser feito é que tudo seja levado mais à sério, com professores que tenham vontade de tornar o ensino superior realmente superior”.

Realmente, se há um problema sério impedindo o processo de melhor desempenho de uma instituição, nada mais certo do que se tentar de todas as formas solucionar o mesmo. No entanto, pelas respostas obtidas nas entrevistas, o quadro nos parece no mínimo desafiador.

No entanto há quem exima a UEPG de culpa neste processo de evasão, atribuindo-a ao mercado de trabalho. Vejamos a resposta do entrevistado nº 3 “... ela não tem feito muita coisa e nem tem o que fazer porque o mercado informal da economia é que determina a necessidade ou não de um profissional qualificado para que possa vir a ter a sua fatia de salário adequada. Me parece que isso é o mercado de trabalho que determina e não a instituição”. Correto, é um ponto de vista, mas nos parece não ser este um impecilho para que a universidade aja, propicie situações e condições concretas para se tentar resolver o problema.

Afirmando que a UEPG não tem efetivamente feito quase nada para tentar solucionar a questão da evasão e que haveria necessidade da universidade agir globalmente, sem iniciativas isoladas que não têm a força necessária de transformação, mas em acordo com os departamentos e colegiados, o entrevistado nº 5 nos afirmou que:

Até o momento a universidade não tem feito nada. Estão discutindo muito a qualidade dentro da universidade com pesquisas muito mal feitas onde os acadêmicos fazem as pesquisas com os próprios acadêmicos, com uma participação mínima de interessados. Tinha que ter o envolvimento de outros órgãos da universidade, principalmente dos cursos, mas que estes tenham a coragem de publicar os resultados.

Quando perguntado sobre as ações efetivas desenvolvidas pela instituição à respeito da evasão, o entrevistado nº11, nos disse já ter existido anteriormente, na época em que a universidade era paga, uma tentativa de se evitar a evasão, propondo ao estudante uma bolsa de estudos por um tempo determinado e a posteriori, depois de formado, ele teria uma carência de 2 anos e manteria outro estudante pelo tempo em que ele foi mantido pela universidade. Segundo este entrevistado,

Esta foi uma das providências para o problema econômico e da evasão. Depois o ensino tornou-se gratuito e, por consequência, esta questão econômica desapareceu. Depois disso, eu acho que nós não fizemos muita coisa ou quase nada para impedir a evasão. Talvez pudesse ser feito um trabalho catequético, fazer a cabeça. Mas, eu acho que a nossa universidade e a universidade brasileira não tem feito nada para impedir a evasão.

Interessante que este mesmo entrevistado ao afirmar que a nossa instituição não tem feito nada, no decorrer da entrevista ele se contradiz e fala que:

Ela não tem feito nada diretamente com o aluno, mas em compensação ela tem feito de uma forma diferente; ela vai à cabeça da cobra. Aonde que a

universidade vai? A universidade tem lutado contra os poderes constituídos, pelo descuido, pelo desmando e pela falta de atenção com as universidades. É uma questão de causa e efeito. A universidade tem feito um trabalho muito grande com quem pode intervir; ela tem lutado e muito junto aos órgãos competentes

Na verdade, durante as entrevistas, as justificativas para com o descaso institucional foram abundantes, aparecendo de todas as formas até mesmo de uma forma ingênua como a do entrevistado nº10 que atribui à omissão, ao envolvimento dos administradores com outros problemas, a falta de um pensar neste problema que provocaria a solução.

O envolvimento da administração é tanto que para eles passa despercebido este problema tão sério da instituição”. ...o que falta mesmo é provocar o assunto. Provocando o assunto, a administração, as pessoas ligadas diretamente aos cursos, elas se conscientizarão e analisarão. Falta que alguém provoque, que provoque seminários para se detectar as causas e as soluções deste problema da evasão institucional”

Justificar a omissão pelo desconhecimento do fato, pelo excesso de preocupações com outras questões e pela necessidade que outros provoquem o assunto para que a coisa seja levada a sério, realmente chega a ter um fundo de comicidade se não fosse pelo aspecto trágico que envolve tal justificativa.

Não há necessidade de se provocar o assunto para que o problema seja levado à sério segundo o entrevistado nº5, e para referendar isso, ele nos disse que:

Todas as pessoas dentro da universidade, professores, assessores e tenho certeza, a administração, estão sentindo, estão percebendo esta grande evasão e nada está sendo feito. Infelizmente nada está sendo feito. Realmente o Estado está gastando, está investindo, o professor está trabalhando com um número muito pequeno de alunos e eu acho que tem que ser questionado se vale a pena este gasto.

O que deveria ser feito, segundo o entrevistado nº12, “é chamar os Colegiados, cuja importância é fundamental, para que digam aos seus professores

que a sociedade não está aceitando o ensino que nós estamos desenvolvendo; não é este o ensino que a sociedade precisa, mas nós não temos esta coragem. E, se alguém levanta a voz, diz a verdade, a maioria vai contra, novamente se caracterizando o corporativismo”.

Em contrapartida à este depoimento corajoso, o entrevistado nº6 responde laconicamente, como se quisesse se ver livre de maiores explicações; “para se discutir a questão da evasão eu não participei de nenhuma iniciativa institucional”.

No entanto, o entrevistado nº7, nos mostra um lado positivo entre tanto descaso confirmado pela quase totalidade dos entrevistados, afirmando um ponto desconhecido nas outras entrevistas qual seja; “ Diretamente não, mas indiretamente eu participo das pesquisas feitas pela universidade na área da avaliação onde estão trabalhando muito com isso, com a evasão. Como eu tenho no meu curso uma distinção entre licenciatura e bacharelado e o bacharelado apresenta um índice de evasão elevado, eu tenho procurado saber desta evasão”.

Nesta mesma linha do envolvimento da instituição com a questão da evasão, temos o depoimento do entrevistado nº12 , “que afirma ter participado de Encontros sobre as Licenciaturas tanto na nossa universidade como em instituições do Paraná e do Brasil”, e do entrevistado nº13 que disse;

Ter participado de Seminários, Encontros entre os Pró - Reitores de graduação e, uma das principais preocupações do governo de 95, 96, tem sido a evasão nas universidades. Inclusive existe uma comissão nacional que estuda a evasão nas universidades, cujos resultados foram apresentados no encontro de Pró Reitores de Florianópolis, ao qual tive o prazer de participar. Este comissão fez um levantamento em todo o Brasil e apresentou os resultados no Seminário, apresentando dados bastante significativos, com cursos que chega a ter mais de 90% de evasão.

No entanto, logo depois ele se contradisse ao afirmar que desconhecia algum seminário para discutir exclusivamente a questão da evasão. “ A evasão tem sido discutida em outros eventos relacionados por exemplo com a qualidade das Licenciaturas, com estágios; então nestes eventos aparece a questão da evasão. Mas, um estudo específico sobre evasão eu desconheço que tenha sido feito aqui na UEPG.

Há quem afirme que este assunto sobre a evasão não traz ibope e não agrada à muita gente. Porque mostrar uma realidade que só trará divisas negativas para a instituição se o mesmo pode ser omitido, camuflado? É sobre este ponto que o entrevistado nº12 enfoca ao nos dizer que:

Na verdade nós muitas vezes procuramos esconder os nossos problemas; nós temos medo do Estado, temos medo da sociedade. Mas o Estado e a sociedade desconfiam de nós, de que alguma coisa não vai bem. O Estado sabe que a evasão é grande, de 75%, eles têm ciência disso, mas ninguém abre o jogo, nem nós, nem eles. Então, o que é que se faz? São cursos de atualização, mais atualização, quando na verdade o que precisa mesmo é mudança comportamental de cada professor.... "Mas o Estado sabe, mesmo que não queira abrir o jogo com medo de nos machucar, que a evasão é grande, que a qualidade não é boa; mas nós também não nos abrimos para o Estado, permitindo uma mudança de fato.

Manter ou não cursos com altos índices de evasão.

A evasão discente nas universidades, é um fenômeno que acarreta, dependendo de seus índices, sérias consequências tanto para a sociedade que as mantém, como para a universidade e o cidadão que dela participa.

A sociedade contemporânea, a exigir qualificação cada vez maior, competência comprovada em várias áreas de conhecimentos, rapidez na transmissão e captação de conhecimentos atualizados, pesquisas de ponta, etc., faz da educação em todos os níveis, principalmente do nível superior, pilares de sustentação para a consecução de tais objetivos.

No entanto, ao constataremos os altos índices de evasão existentes em alguns cursos da UEPG, e a aparente falta de vontade política para se resolver este problema por parte de quem tem o poder oficial em suas mãos para tal, ficamos inquietos. Afinal, qual está sendo o papel social desta universidade? Estará ele cumprindo efetivamente o papel que lhe cabe? A que e à quem está servindo realmente a universidade? O que será que está acontecendo em alguns cursos de Licenciaturas da UEPG, com percentuais críticos de evasão? Será pela pouca

qualidade do curso ou de seus professores? O mercado de empregos estará saturado? O salário é desanimador?

São muitas as questões que poderiam ser levantadas como possíveis causas da evasão, mas, o que mais nos interessa saber no momento é se adianta manter cursos com tão poucos alunos e com tão altos custos para o Estado e a sociedade que os mantém.

Perguntado aos nossos entrevistados sobre esta questão, obtivemos opiniões diferenciadas. Por exemplo, o entrevistado nº 3 nos disse ser esta uma questão que deve ser respondida pelos dirigentes, como se ele também não participasse diretamente da administração.” Eu não tenho condições de responder porque é que se mantém um curso. Eu sei que existe legislação federal, que, quando aberto um curso, este deve continuar à partir do momento que tenha procura. Agora se não tiver procura, não sei...”

Esta resposta nos mostrou não só o desconhecimento do entrevistado dos dados reais da evasão, como nos possibilitou registrar sua resposta pelo descomprometimento com que trata desta assunto, pois afinal , segundo ele, mesmo pertencendo ao setor administrativo, não tem condições de opinar.

Solicitado para dar o seu parecer, o entrevistado nº 5 nos disse:

Eu acho muito preocupante se manter estes cursos; é desgastante para a universidade. O Estado está investindo em cursos que talvez nem devam existir, pois se eles têm uma evasão muito grande, eu acho que estes cursos deveriam ser fechados. Então, a universidade tem que fazer uma pesquisa, tem que detectar o porquê da evasão e se possível abrir outro curso que a sociedade precise. A sociedade precisa participar também desta pesquisa.

Talvez pelo assunto ser delicado e exigir certas precauções na resposta para não bater de frente contra seus pares administrativos, o entrevistado nº 7 fez algumas ponderações em relação a se manter ou não cursos com evasão significativa.

Para começar, o índice de evasão não é regular num mesmo curso. Existe ano em que um curso forma um número razoável de alunos e há ano em

que este curso forma um número muito baixo de acadêmicos. O que eu acho, é que não se cria a melhoria eliminando o curso, mas criando melhores condições do próprio curso para que este venha a cumprir suas metas. Agora, o que teria que acontecer é ter um chefe forte para evitar a criação de cursos e habilitações em caráter permanente, que não oferecem condições para um mercado de trabalho, que não acompanha a evolução. O que poderia ser feito hoje, nas universidades, é o curso por projeto. Forma-se um número de recursos humanos e depois substitui este curso por outro. Mas aí, vem um problema muito sério que é o destino da mão de obra qualificada que este curso envolve à nível de universidade, porque daí vai se encerrar um curso e o que se vai fazer com os professores? Você pode remanejar o geral, mas o professor qualificado é difícil. Isto justifica manter o curso, melhorar a qualidade do ensino e lutar para melhorar a questão da evasão. No caso das Licenciaturas, acabaria a evasão amanhã, se o governo oferecesse um ordenado digno de professor; inclusive haveria uma competição, pois alunos com melhor status iriam procurar as Licenciaturas, o que não está ocorrendo.

Esta questão do desemprego do professor no caso do fechamento de alguns cursos levantada pelo entrevistado anterior, é reforçado pelo entrevistado nº 5, quando este disse:

...infelizmente, nós estamos com alguns cursos que deveriam fechar. Não os fecham porque o que é que seria feito dos professores empregados nestas áreas? Daí os cursos pressionarem a administração para não serem fechados. Você vai ter desemprego dentro da instituição. Então se faz de conta que o ano seguinte será melhor, com mais acadêmicos. Eu duvido que a administração tenha coragem de fechar cursos, mas que deveria ser feito, deveria. Se chegar até a Secretaria do Ensino Superior estes números, eu tenho certeza que seria uma exigência desta, o fechamento dos cursos. É uma obrigação da universidade fazer um levantamento e é uma obrigação da mesma fechar os cursos que não têm procura. A universidade pode não estar atendendo a demanda da sociedade; de repente a sociedade está querendo um curso que nós não temos e que pode ser implantado. Agora, eu pergunto: será que foi feita uma pesquisa na sociedade para saber que cursos poderiam ser criados ou a sua opinião sobre os novos cursos que foram criados? Com certeza, não foi feita pesquisa nenhuma.

Na verdade, nós deveríamos parar um pouco, arejar a cabeça, pensar um pouco sobre esta questão, nos disse o entrevistado (a)nº 12.” Fechar por ex. o curso de Pedagogia por uns dois anos e nestes dois anos efetivamente pensar o

esquema do curso, escrever a respeito dele, sair por aí, tanto no Brasil, quanto fora dele. Ver coisas novas, ver o que existe por lá e de repente mudarmos um curso, redimensioná-lo. O corpo docente permaneceria no departamento, pesquisando, analisando. Ninguém perde o emprego por causa disso”.

Corroborando com esta forma de pensar em termos de alternativas outras que não o fechamento de cursos, o entrevistado (a)nº 6 disse, “não ser favorável à extinção pura e simplesmente de um curso, mas fazer uma rotatividade de cursos que funcionariam por determinado tempo, são repetidos ou criam-se outros de maior necessidade e assim por diante. Nós mantemos cursos tradicionais e esquecemos de tantos outros necessários também”.

Outra alternativa foi sugerida pelo entrevistado nº 9, que vê a possibilidade não da extinção do curso, mas da diminuição de ofertas.”Por exemplo, cursos que funcionam durante o dia e à noite, poderiam ter um turno só, com um número menor de vagas, mas nunca perder estas vagas que poderiam ser aproveitadas para a criação de novos cursos”.

O problema, na opinião do entrevistado (a)nº 10, não é o índice de evasão, mas as causas da mesma. “Desde que se descubra a causa da evasão, que se sane o problema da evasão, claro que os cursos terão que ser mantidos porque a evasão deixará de ser um ponto negativo. Nada justifica a extinção”.

Já o entrevistado nº 1 justifica o seu ponto de vista contrário à extinção dos cursos com altos percentuais de evasão, argumentando que no Estado do Paraná, percebe-se que o setor educacional estadual, o ensino público, está passando por sérias dificuldades, principalmente em determinadas áreas como a Física, a Química, a Biologia e não estão achando professores para trabalhar nestas áreas.

Então, se você ainda acabar com estes cursos na universidade por causa dos gastos que a mesma está tendo, como é que vai ficar isso? As mazelas do ensino tem que ser curadas e não é extinguindo um curso que nós vamos resolver o problema só porque se está gastando muito. Sabemos que nesse país sempre se gastou muito pouco com a educação.

Da mesma forma que encontramos pessoas flexíveis, ponderadas em relação à esta questão do fechamento de alguns cursos, encontramos também quem chegou a se inflamar ao ser questionado sobre o assunto, afirmando ser uma bobagem discutir sobre isso. Segundo o entrevistado nº11,

A universidade não é armazém, não é supermercado, não é loja, não é banco que visa o lucro. Não se justifica jamais o fechamento de um curso. Quando se paga 7 bilhões de dólares à banqueiros, eu defendo a cultura de um só aluno, jamais o fechamento do curso. Dizer que um curso que forma 3 alunos perdeu sua função social, nunca. São 3 pessoas que amanhã estarão à frente numa sociedade e seu papel deverá ser multiplicador; eles poderão trazer 30,40,100 pessoas.

Com este mesmo teor de raciocínio, não se pode, segundo o entrevistado nº 4, "na busca de responder à apelos da atualidade, onde o que importa é a competitividade e o consumo, cancelar cursos, como os de Licenciatura por ex., sob pena de prejudicar a sociedade. Nós temos que manter os cursos que entendemos ser necessários à sociedade e entrar na luta para solucionar o problema que existe".

Caberia aqui, talvez, uma pergunta: o que significa lutar para se solucionar a questão, se, segundo os próprios entrevistados eles pouco ou quase nada têm efetivamente feito em relação a resolver o problema da evasão na sua própria instituição?

4.4 Resumo.

Sem dúvida, nós obtivemos através das entrevistas, depoimentos corajosos, francos e honestos, sem nenhuma intenção aparente de querer esconder a realidade, assumindo suas parcelas de culpas e omissões.

Na verdade, tanto a análise quantitativa dos dados desenvolvida no capítulo 3º, como as análises dos discursos dos elementos do setor administrativo da instituição, demonstraram, além dos altos percentuais de evasão em alguns dos cursos de Licenciatura da UEPG, um desconhecimento por parte dos entrevistados da situação real da evasão em alguns cursos de Licenciatura, evidenciando um

descaso significativo do setor administrativo em relação à esta questão, caracterizando uma situação bastante preocupante para quem trabalha com a educação.

Não se pode mais fugir à objetividade dos números nem do poder de denúncia das palavras, bem como do fato da universidade pontagrossense centralizar sua força de ação efetiva em outros setores ou em outros problemas institucionais, que não o fenômeno da evasão.

Como já afirmamos anteriormente, a universidade não é a única responsável por esta situação crítica em que se encontra, pois afinal ela faz parte do contexto social maior e mais complexo, sofrendo as ações políticas e ideológicas de grupos que detém o poder hegemônico.

No entanto, se ela foi criada e assumida pela sociedade pontagrossense que a mantém e justifica sua existência, fica aqui uma pergunta. Será que, face aos altos índices de evasão observados e ao descaso patente com que a mesma está tratando do problema da evasão, não é chegado o momento dela questionar seu próprio papel social, deixando claro à quem e à que ela está servindo?

CAPÍTULO 5. COMENTÁRIOS FINAIS E IMPLICAÇÕES.

5.1. Comentários finais.

Desde o início, a nossa pesquisa esteve alicerçada na preocupação decorrente da constatação, em nossa prática educativa em sala de aula, do grande número de alunos que, dia-a-dia, estavam desistindo de completar seus estudos.

Além deste aspecto, outro grande fator motivador de nosso trabalho, face ao problema que é a evasão discente, foi a enorme dificuldade de encontrarmos material sobre o assunto, seja em revistas especializadas, livros, jornais, resultados de Simpósios, Encontros, Seminários, enfim qualquer instrumento de comunicação que enfocasse o fenômeno evasão.

Como consequência à esta defasagem sobre o assunto, tivemos alguns problemas em encontrar apoio para as nossas referências teóricas, mas que, ao contrário de nos desestimular, nos fortaleceu ainda mais para mergulharmos mais fundo nesta questão.

Na verdade, como tudo é um processo, as coisas não acontecem por acaso nem de uma hora para outra, fomos buscar no passado, na criação e desenvolvimento de nossas universidades, os motivos, as causas principais de nossas universidades estarem hoje em situação de sucateamento, de precariedade, mas principalmente da inexistência de uma identidade própria, de planejamentos e políticas específicas à graduação.

Daí, no primeiro capítulo, termos feito uma análise crítica das nossas universidades em geral e em especial da UEPG, donde concluímos que uma grande parcela de culpa da atual situação universitária brasileira, encontra-se ligada diretamente à criação e desenvolvimento das mesmas, ou seja, procuramos mostrar que tudo o que ocorreu desde a sua formação, foi um processo de descaso, de interesses outros que não o atendimento às necessidades sociais e culturais de nosso povo.

Constatou-se que ela não surgiu como um processo natural, mas atendendo à interesses outros, à circunstâncias políticas que não objetivavam a emancipação

cultural do seu país nem a democratização do povo através da educação. É um fenômeno tardio, que surgiu alicerçada sobre modelos americanos e franceses e desde seu início se caracterizou por ser uma instituição sem identidade própria e sem força política, mantendo-se às margens dos anseios e necessidades do seu povo.

Com seus erros e acertos e sem a participação efetiva da população, ela foi se cristalizando no tempo e no espaço com o acúmulo natural dos desacertos de instituições desvinculadas dos interesses sociais.

Tivemos alguns guerreiros que acreditaram no poder e na necessidade de uma universidade eficiente, forte, autônoma e crítica, para que o Brasil pudesse sair da condição de subdesenvolvimento em que se encontra desde ontem até hoje e, através do investimento maciço no setor educacional do 3º grau, principalmente na qualificação do corpo docente, na tecnologia de ponta, e na pesquisa aplicada, romper corporativismos, clientelismos, interesses ideológicos outros, sair do processo de sucateamento que hoje se encontra, alçando-a a condição de uma instituição de primeiro mundo, em igualdades de condições com os demais países. Acreditamos que para se transformar um país em termos qualitativos, não é a guerra nem a revolução os instrumentos certos, mas sim e somente a educação.

Entretanto, o que as pesquisas nos mostraram até agora, é que as universidades brasileiras em geral e a UEPG em especial, estão longe do ideal de uma educação realmente superior, principalmente por não buscar analisar-se em profundidade para que se detecte não somente seus principais problemas, mas possíveis caminhos e estratégias para a solução dos mesmos.

A evasão é um destes sérios problemas que as universidades estão enfrentando, colocando algumas delas em situação crítica como a UEPG, pois esta apresenta um percentual de evasão bem superior ao que o MEC considera como normal, que é de 20%, chegando a ter em alguns períodos dos cursos analisados, o percentual de 97,50%, como o curso de Matemática Diurno no ano 1988/2, 92,50% em História no ano de 1983/1, 71,11% em Pedagogia Diurno no ano de 1985/1 entre tantos outros cursos analisados e que possuem índices bastante preocupantes. (ver capítulo 3).

A evasão, não é um fenômeno simples, não obstante sua fácil percepção. Ela é um fenômeno universal às universidades, variando apenas na dimensão. Conta com uma complexa determinação que inclui uma natureza marcadamente histórica, constituindo-se de fato numa expressão do processo educacional mais amplo.(FILHO,1996).

Aí estão presentes aspectos próprios ao funcionamento da universidade, tais como currículos, normas acadêmicas, avaliações, qualificação docente, baixa remuneração, enfim, questões relativas ao processo pedagógico, mas também estão presentes aspectos da realidade social brasileira como por exemplo, condições de vida adversas e pouca perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

Na verdade, o fenômeno da evasão, está a exigir de todos aqueles que se sentem co-responsáveis pelo processo educacional, bem como de todos os setores sociais que vêm na educação o instrumento maior de melhoria da qualidade de vida, da realização pessoal e do progresso social, avaliações constantes, reflexões aprofundadas, análises críticas, vontade política, planejamento eficiente e eficaz, para que melhor se compreenda as entrelinhas da evasão e se possa atuar sobre ela.

Após a constatação dos altos índices de evasão, ficou evidenciada a necessidade de se enfrentar este problema, somando esforços e mobilizando todos os setores institucionais.

Recorremos então às entrevistas com os elementos que fazem parte do primeiro escalão oficial da UEPG, indo além do que os números já tinham nos dito, para saber como eles estão pensando, sentindo e agindo em relação ao problema da evasão. Quais as políticas adotados em relação à evasão, o que efetivamente ela está fazendo senão para acabar com a evasão, ao menos para minimizá-la, se têm conhecimento dos índices reais de evadidos, foram algumas das questões que permearam nossa pesquisa como um todo em busca de esclarecimentos.

Associamos para atingir nosso objetivo, técnicas pertencentes à paradigmas diferentes que longe de se oporem, se complementaram de forma bastante satisfatória, como um amálgama único. As fraquezas de ambas as técnicas, foram supridas pelas vantagens que cada uma oferecia.

Os resultados desta pesquisa, que corresponde ao capítulo 4, foram coerentes com os dados numéricos obtidos até então. De forma franca e corajosa, a quase totalidade dos entrevistados, através de suas colocações, nos possibilitou a elaboração de algumas categorias que sintetizam e enfatizam o descaso com que a instituição está tratando do problema da evasão. Muitas entrevistas nos mostraram que a origem de grande parte dos problemas da universidade brasileira está na sua própria história, na ausência de tradição do curso superior no Brasil, possibilitando a elaboração de uma primeira categoria denominada Raízes históricas.

Também a quase totalidade dos entrevistados mostrou desconhecimento dos índices reais da evasão, apesar de saberem informalmente que os índices eram altos, concretizando desta forma, a elaboração de uma segunda categoria, qual seja, Desconhecimento do quadro da evasão.

Preocupada com a ignorância sobre a realidade da evasão nas nossas licenciaturas, buscamos saber através das nossas entrevistas, qual estava sendo a política universitária utilizada em relação a este fenômeno que de forma grave estava permeando alguns cursos de Licenciatura da instituição.

Analisando as entrevistas, resolvemos utilizar da resposta do entrevistado nº 11 para sintetizar o pensamento da quase totalidade dos entrevistados sobre esta questão: "Eu acho que não há uma preocupação com a evasão. Institucionalmente não há esta preocupação nem uma política definida sobre a questão", o que veio propiciar, juntamente com os outros depoimentos, a elaboração de mais uma categoria: Inexistência de uma política em relação à evasão.

Sem querer ser ingênuo, atribuindo à universidade toda a responsabilidade pela existência deste processo em seu meio, pois sabemos que ela também é determinada socialmente, investimos na busca dos possíveis "culpados" na ótica dos nossos entrevistados, cujas respostas embasaram outra categoria: Os "culpados" pelo problema da evasão.

Rompendo qualquer barreira corporativista, os entrevistados foram francos ao declararem que o desconhecimento da universidade em relação à evasão é muito grande. "Todas as pessoas dentro da universidade, professores, assessores e tenho certeza, a administração, estão sentindo, estão percebendo esta grande evasão e nada está sendo feito. Infelizmente nada está sendo feito". (entrevistado nº

5). De maneira geral, este foi o pensamento norteador das respostas obtidas através das demais entrevistas, o que gerou a elaboração de nova categoria: O papel da instituição em relação ao problema da evasão.

Se deve ou não se manter cursos com altos índices de evasão. foi outra categoria que resultou das opiniões variadas por parte dos entrevistados, deixando entrever em algumas colocações o medo de ter que desacomodar-se em busca de novas situações que o fechamento dos cursos por certo implicaria. “ O fechamento de cursos, envolve um problema muito sério, que é o destino da mão de obra qualificada que este curso envolve à nível de universidade. Daí você fecha um curso e o que é que se vai fazer com os professores? (entrevistado nº7).

De maneira geral, é essa a situação que encontramos hoje na instituição que trabalhamos e, como demonstramos através das nossas pesquisas, vem de longa data. e até o momento nada ou quase nada foi ou está sendo feito para resolver este problema. É importante neste momento se ter a coragem e a humildade necessária para reconhecer as falhas, o corporativismo, a falta de planejamento, a inexistência do querer político, enfim assumir o descaso com que esta situação de evasão é tratada.

Diante das evidências apresentadas,é chegado o momento de deixarmos de ter “cabeças de avestruz”, que se esconde atrás de comodismos e atitudes reacionárias e efetivamente tomarmos não só consciência do problema, mas começar à enfrentá-lo no nível que ele merece, e dentro das possibilidades reais de cada um, com determinação e vontade política, fazer reverter este quadro, sob pena da universidade perder sua identidade e o papel social para o qual foi destinada.

É importante se ter claro que a palavra evasão traduz inúmeras situações que, se colocadas de maneira clara e objetiva, nos mostram o que muitos de nós não queremos enxergar, que é a nossa própria omissão frente à situação.

Com os resultados obtidos neste estudo, pretendeu-se uma reflexão e uma análise mais aprofundada sobre o problema da evasão por parte de todos os setores da UEPG, principalmente do setor administrativo, por possuir legalmente a força política para as transformações necessárias, bem como alternativas e propostas para futuras pesquisas neste campo. Afinal, para que serve uma Universidade que não se preocupa em perder os seus alunos?

5.2 Implicações.

A afirmação de uma proporção exagerada da evasão na UEPG, possibilitou que nos debruçássemos sobre este tema, procurando estabelecer conexões que pudessem aumentar nosso conhecimento nesta área. Os números da evasão por cursos mostraram que muitas áreas exigem um investimento elevado do Estado, sem resultados adequados. Perde-se um esforço expressivo pela fuga do aluno antes do final do curso. Eu diria que temos evidências suficientes para identificar áreas nas quais a evasão exigirá até mesmo um esforço de política nacional, servindo de suporte a uma política de graduação.

Afinal, o prejuízo é grande não só para a universidade, mas também para a comunidade que poderia aproveitar as vagas abertas pela desistência de determinados alunos e não podem, porque elas se tornam vagas perdidas, sem aproveitamento.

Falar de evasão, é falar entre outros aspectos, de prejuízos individuais e sociais, de danos nocivos à uma nação que pretenda sua emancipação cultural e tecnológica. Sair do jugo dos países de primeiro mundo e fazer do seu povo cidadãos atuantes e transformadores, com papéis definidos e valorizados socialmente, devem ser metas essenciais a serem concretizadas pelas nossas universidades através da permanência e continuidade dos estudos em suas vidas acadêmicas.

Evasão quer dizer tudo isso e muito mais; significa consequências sérias em todos os setores da sociedade contemporânea, cujos mercados de trabalho estão a exigir cada vez mais competência e eficiência, e, para a universidade implica até mesmo na possibilidade do não continuar a ser mantida pela comunidade onde está inserida e que justifica a sua existência, por não estar correspondendo entre outros aspectos, ao papel social inerente à uma instituição de nível superior.

Falar de evasão implica também falar do problema que acarreta em relação ao planejamento de uma universidade. Na medida em que ocorre a evasão, a própria ocupação do espaço físico, da utilização de laboratórios, deixa de ser cumprida.

Há uma perda muito grande não só da utilização dos espaços físicos, mas também na transmissão de conhecimentos porque passa a reduzir aqueles que vão receber o conhecimento. Se de duas turmas se reduz para uma, significa que não está se trabalhando com a metade da turma, mas sim gastando dobrado para formar um número menor de alunos. E, o Brasil, um país reconhecidamente pobre, com um pequeno número de estudantes do 2º grau que alcança o nível superior, isto representa no mínimo, um desafio para o ensino e para a sociedade como um todo.

As implicações inerentes à este fenômeno que assola as universidades brasileiras e em específico a UEPG em seus cursos de Licenciatura, está a exigir das universidades, posicionamentos e atitudes sérias e imediatas, com políticas específicas ao problema e uma vontade firme e madura de resoluções a curto e médio e longo prazos. É o mínimo que se pede de universidades que se dizem liberais e democráticas.

Falar de evasão implica também na necessidade de uma universidade aberta, ousada em suas atitudes. A nossa administração tem que ter claro que ser administrador é não ficar fechado em sua sala, esperando pessoas, verbas e soluções virem por si só. A comunidade acadêmica tem que ir em busca de propostas e soluções. Tem que aprender a ouvir a sociedade e aceitar suas críticas, abrir suas portas e possibilitar a participação de segmentos da sociedade que alertem sobre as defasagens e qualidade dos cursos, bem como da necessidade de se abrir novas frentes de trabalho frente aos valores emergentes.

Acreditamos que todos podem contribuir para melhorar este quadro da evasão em tão altos percentuais e o descaso com que esta situação está sendo tratada pelo setor administrativo da UEPG.

São muitas as frentes que podem ser atacadas: batalhar pela qualificação do corpo docente, reformulação de currículos, apoio técnico aos colegiados de curso, aumento dos campos de estágios para os alunos, maior participação dos alunos no processo de iniciação científica, planejamento a curto, médio e longo prazo definidos, considerar o aluno e não a burocracia como finalidade, departamentos e colegiados mais ágeis, melhoria da qualidade do curso, melhores salários, política e filosofia institucional definidas, vontade de lutar, rompimento do corporativismo barato, convivência madura com as multi ideologias existentes, trazer os alunos de

volta para as salas de aula depois de formados para subsidiarem um processo de necessárias reformulações, etc., são alguns dos principais pontos que devem ser analisados em profundidade para poderem reverter na permanência do aluno na instituição e possibilitar novos caminhos de pesquisas futuras à quem se sinta responsável pela melhoria da qualidade do ensino superior como um todo.

Apesar de todo pesquisador ter como meta desenvolver sua pesquisa da melhor forma possível dentro das suas possibilidades, quase sempre existem limitações nos seus trabalhos.

No nosso caso especificamente, a primeira limitação, como afirmamos anteriormente, foi a dificuldade de encontrarmos material teórico disponível sobre a temática evasão a nível nacional, o que de certa impediu um maior enriquecimento do ítem referencial teórico.

Também a abrangência do nosso universo pesquisado ficou limitado à apenas um setor da universidade, o setor administrativo, quando ao nosso ver, o ideal seria envolver todos os setores da instituição, discente, docente administrativo e porque não a própria sociedade responsável pela sua existência e manutenção, o que redundaria com certeza, numa compreensão maior, num quadro mais próximo da realidade, em novas estratégias e propostas, na consolidação de políticas e ações efetivas. Por uma questão de abrangência e complexidade do conteúdo face à determinação legal da UEPG para a conclusão da pesquisa, limitamos o objeto de nosso estudo.

Uma terceira limitação, surgiu já no início de nosso trabalho, quando tomamos consciência que iríamos denunciar situações existentes dentro da própria instituição em que trabalhamos. Muitas vezes, face aos resultados obtidos, nos passou pela mente suavizar a linguagem e os resultados para que os fatos não ficassem expostos de maneira tão fria e crítica.

Apesar de considerarmos estes ítems como limitações, por outro lado podem vir a ser objetos de novos trabalhos num futuro próximo, pois falar da evasão e de todos os problemas decorrentes da mesma, deve ser prioridade nos dias de hoje para quem se preocupa com educação.

ANEXOS

Protocolo da entrevista piloto.

1- O Sr.(a) tem idéia do índice de evasão nas Licenciaturas da UEPG ?

2- O Sr.(a) sabia que o índice de evasão, segundo pesquisa feita entre os anos de 1982 à 1992, chega a 70% em algumas Licenciaturas?

3- Na sua opinião, diante desta situação de evasão, como é que fica o papel social da universidade?

4- O Sr.(a) acha que a UEPG efetivamente tem feito alguma coisa para reverter este quadro de evasão?

5- Por que se manter cursos com tão alto índice de evasão?

Protocolo da entrevista definitiva.

- 1- O que significa para o Sr.(a) o termo evasão?
- 2- Na sua opinião, quais as implicações inerentes à esse fenômeno?
- 3- O Sr.(a) já teve a oportunidade de participar de encontros ou discussões onde a temática tenha sido sobre evasão?
- 4- O Sr.(a) tem idéia dos índices de evasão nas Licenciaturas da UEPG?
- 5- O Sr.(a) tem conhecimento do índice de evasão de 70% em algumas Licenciaturas?
- 6- Diante quadro de evasão, na sua opinião como é que fica o papel social da instituição?
- 7- O que a UEPG tem efetivamente feito para minimizar ou controlar este problema?
- 8- Na sua opinião, a UEPG se preocupa em desenvolver frentes de trabalho sobre a evasão na instituição? Quais? Fale um pouco sobre eles?
- 9- Quais as políticas que a instituição adota ou pretende adotar sobre esta questão?
- 10- Qual a sua opinião em se manter cursos com tão alto índice de evasão?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Antonio. Avaliação Institucional da universidade. São Paulo: Cortez, 1992.
- BOTH, Ivo José. A questão da avaliação institucional. Ponta Grossa: Imprensa Universitária / UEPG, 1992.
- BRANDÃO, Zaia et al. Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- BUARQUE, Cristovan. Desafios da Administração Universitária. Florianópolis: Editora UFSC, 1989.
- BUENO, José Lino Oliveira. A evasão do aluno: In: Cadernos de Educação, nº 5 agosto de 1993. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.
- BRUNS, Maria Alves de. Evasão escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais. Dissertação [Mestrado] Educação. Campinas, 1985. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- CARVALHO, João Cantuária de. Evasão escolar no ensino de 3º Grau: um estudo de caso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação [Mestrado] Educação. Rio de Janeiro, novembro de 1987.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário et al. Universidade oportuna: reflexão sobre a universidade e seu envolvimento com a comunidade. Goiás: Goiânia, 1983.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ventos do progresso: a universidade administrada. São Paulo: [s/ed], 1991.

CUNHA, Luis Antonio, GOES, M. de. O golpe na educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. A universidade crítica. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1989.

_____. A universidade temporã. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1986.

DEMO, Pedro. O significado da modernidade em sala de aula: dos ritos e mitos do ensino superior. Brasília: IPEA/ GPS, julho, 1991.

DIÁLOGO IBERO-AMERICANO - Revista para as Universidades de Habla Española, Portuguesa, nº 4, julio/agosto, 1996. Universidade de Granada - España.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A Universidade Brasileira: os impasses da transformação. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais: Universidade de São Paulo, 1986

ESTUDOS E DEBATES, nº 17. Universidade, Estado e Sociedade na década de noventa. Brasília: 1990. Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras.

FILHO, Niemeyer. A evasão dos cursos de graduação; os dados das universidades federais. Revista Información General, nº 4, Julio/Agosto, 1996.

FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Edart 1977.

GUBA, E; and LINCOLN, Y. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. (Eds.) Handbook of qualitative research. London: Sage.1994.

HITCHCOCK, G. HUGHES, D. Research and the teacher: A qualitative introduction to school-based research. London: Routledge,1989.

ORTA, José Silvério Baia. Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil: uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970. São Paulo : Cortez, Autores Associados, 1982.

LIMA, Marisa. Pesquisa revela as causas de evasão elevada na UFG. Jornal O Popular de 10 de junho de 1995. Goiania.

LUCKESI, Cipriano Carlos et al. Fazer universidade : uma proposta metodológica. São Paulo : Cortez, 1989.

MACHADO, L. Z. Estado, escola e ideologia. São Paulo : Brasiliense, 1983.

MAIA, Marília de França. A evasão escolar no 3º grau : a quem interessam as razões? Caracterização do aluno evadido dos cursos de graduação. Dissertação [Mestrado] Educação, Campinas, 1984. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior brasileiro: transformação e perspectivas. São Paulo : Editora Brasiliense, 1989.

MARTINS, Ricardo C. Rezende. A pós graduação no Brasil: uma análise do período 1970-1990. Educação brasileira, 2º semestre. Brasília, 1991.

MELLO, Guiomar Namó de . Educação Escolar : paixão, pensamento e prática. São Paulo : Cortez, 1987.

MERHY, Roberto Frederico. U.E.P.G busca um tempo perdido. Revista da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa. Ano 1, nº2, 1995.

MOREIRA, Herivelto. Motivation profiles of physical education teachers. Tese (Doutorado Educação). Exeter, G.B.: 1994.

O descompromisso das políticas públicas com a qualidade de ensino. In: **Cadernos de Pesquisa.** (Fundação Carlos Chagas). São Paulo: Cortez, fevereiro de 1993, nº 84. A Pós-Graduação no Brasil : uma análise do período 1970-1990. In: **Educação Brasileira**, nº 13 -

OLIVEIRA, Betty Antunes de. O Estado autoritário brasileiro e o ensino Superior. São Paulo : Cortez Editora: Autores Associados, 1981.

PAREDES, Alberto Sanches. A evasão do terceiro grau em Curitiba. Dissertação (Mestrado Educação). São Paulo, 1994. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Curso de Pós Graduação em Antropologia Social.

PINTO, Alvaro Vieira. A questão da Universidade. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____. Sete Lições sobre Educação de Adultos. São Paulo: Cortez, 1992.

PRADO, Fernando Dagnoni. Acesso e evasão de estudantes na graduação: a situação do curso de Física da USP. Tese [Doutorado] Educação. São Paulo, 1990.

REVISTA EDUCAÇÃO EM DEBATE, nº 14. 2º semestre de 1987 Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Evasão, repetência e Distorção Idade-Série. p. 109-133

RIBEIRO, D. A Universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Universidade para quê? Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ROSÁRIO, Maria do et al. Reflexão sobre a universidade e seu envolvimento com a comunidade. Goiânia: Goiás, 1983.

SPARKES, A. The paradigm debate: An extended review and a celebration of difference.
In: SPARKES, A. (Ed.). Research in physical education: Exploring alternative visions.
Lewes: Falmer Press, 1992.p.9-60

SCHUCH, Luiz Henrique. Estrutura de poder e democratização interna na universidade.
In : A Universidade em Questão. Seminário de Avaliação Institucional. Feira de
Santana - 18 a 22 de novembro de 1991. Feira de Santana, UEFS, 1993. Anais.

SILVA, Hilda Lobo. Interpretação qualitativa da evasão no contexto escolar: o caso do
centro de estudos. Dissertação (Mestrado Educação). Vitória, fevereiro de 1987.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. Estrutura e funcionamento do ensino superior. São
Paulo: Pioneira, 1991. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais - Educação)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Planejamento :
Departamento de Pesquisa Institucional. Evasão na UFRGS em 1984: Cursos de
Graduação. (Série Estudos e Projetos nº 12) Porto Alegre, 1984.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Planejamento.
Departamento de Pesquisa Institucional. Evasão dos Cursos de Graduação da
UFRGS em 1985, 1986 e 1987. Porto Alegre: UFRGS, 1991. [Série Estudos e
Projetos nº15].